

SUMÁRIO

BALANÇOS PATRIMONIAIS.....	2
DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS	4
DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS ABRANGENTES.....	5
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO.....	6
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA.....	7
DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO.....	8
NOTAS EXPLICATIVAS CONDENSADAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS	9
1. CONTEXTO OPERACIONAL	9
2. BASE DE PREPARAÇÃO	10
3. INFORMAÇÕES POR SEGMENTOS OPERACIONAIS.....	14
4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	15
5. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS.....	15
6. CONSUMIDORES, REVENDEDORES E CONCESSIONÁRIOS DE TRANSPORTE DE ENERGIA	16
7. TRIBUTOS COMPENSÁVEIS	17
8. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	17
9. DEPÓSITOS VINCULADOS A LITÍGIOS.....	19
10. REEMBOLSO SUBSÍDIOS TARIFÁRIOS	19
11. REPASSES DA CONTA CENTRALIZADORA DE RECURSOS DE BANDEIRAS TARIFÁRIAS	19
12. ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS DA CONCESSÃO	20
13. INTANGÍVEL	23
14. FORNECEDORES	23
15. IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES.....	24
16. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES.....	25
17. ENCARGOS REGULATÓRIOS	27
18. OBRIGAÇÕES PÓS-EMPREGO	28
19. PROVISÕES.....	28
20. PATRIMÔNIO LÍQUIDO E REMUNERAÇÃO AOS ACIONISTAS.....	35
21. RECEITA.....	35
22. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS	37
23. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS.....	40
24. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS.....	41
25. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCOS	43
26. MENSURAÇÃO PELO VALOR JUSTO.....	50
27. TRANSAÇÕES NÃO ENVOLVENDO CAIXA	52
RELATÓRIO SOBRE A REVISÃO DE INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS.....	53
DESEMPENHO ECONÔMICO - FINANCEIRO	1

BALANÇOS PATRIMONIAIS

EM 31 DE MARÇO DE 2017 E 31 DE DEZEMBRO DE 2016

ATIVO

(Em milhares de Reais)

	Nota	31/03/2017	31/12/2016
CIRCULANTE			
Caixa e Equivalentes de Caixa	4	416.789	426.074
Títulos e Valores Mobiliários	5	311.024	327.680
Consumidores e Revendedores	6	2.573.991	2.414.864
Concessionários – Transporte de Energia	6	162.006	150.289
Tributos Compensáveis	7	148.504	154.990
Imposto de Renda e Contribuição Social a Recuperar	8a	214.904	308.520
Estoques		38.955	39.799
Contribuição de Iluminação Pública		167.312	148.646
Reembolso Subsídios Tarifários	10	63.751	63.751
Subvenção Baixa Renda		33.660	36.261
Ativos Financeiros da Concessão	12	268.602	397.725
Outros Créditos com a Eletrobrás		61.998	90.065
Outros		289.490	296.246
TOTAL DO CIRCULANTE		4.750.986	4.854.910
NÃO CIRCULANTE			
Títulos e Valores Mobiliários	5	14.523	14.678
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	8b	1.072.100	1.002.236
Tributos Compensáveis	7	133.737	122.855
Depósitos Vinculados a Litígios	9	1.090.551	1.071.535
Consumidores e Revendedores	6	57.829	57.829
Concessionários - Transporte de Energia	6	76.687	76.687
Outros Créditos		36.990	37.343
Ativos Financeiros da Concessão	12	242.525	216.107
Intangíveis	13	9.012.941	8.977.637
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		11.737.883	11.576.907
ATIVO TOTAL		16.488.869	16.431.817

As Notas Explicativas Condensadas são parte integrante das Informações Contábeis Intermediárias.

BALANÇOS PATRIMONIAIS

EM 31 DE MARÇO DE 2017 E 31 DE DEZEMBRO DE 2016

PASSIVO

(Em milhares de Reais)

	Nota	31/03/2017	31/12/2016
CIRCULANTE			
Empréstimos e Financiamentos	16	393.016	319.472
Debêntures	16	1.542.324	1.190.069
Fornecedores	14	1.015.435	1.049.363
Impostos, Taxas e Contribuições	15	410.323	537.856
Salários e Encargos Sociais		139.509	149.928
Encargos Regulatórios	17	273.860	308.049
Participação dos Empregados e Administradores no Resultado		23.049	10.170
Obrigações Pós-Emprego	18	142.738	142.347
Contribuição de Iluminação Pública		291.928	273.668
Passivos Financeiros da Concessão	12	851.014	481.835
Outras		276.146	356.468
TOTAL DO CIRCULANTE		5.359.342	4.819.225
NÃO CIRCULANTE			
Empréstimos e Financiamentos	16	1.113.014	1.192.048
Debêntures	16	3.115.075	3.496.662
Provisões	19	402.620	347.514
Obrigações Pós-Emprego	18	2.830.382	2.795.139
Impostos, Taxas e Contribuições	15	614.569	614.569
Encargos Regulatórios	17	345.604	321.033
Passivos Financeiros da Concessão	12	136.330	323.140
Outras		23.158	22.620
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		8.580.752	9.112.725
TOTAL DO PASSIVO		13.940.094	13.931.950
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
	20		
Capital Social		2.361.998	2.361.998
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital		410.000	410.000
Reservas de Lucros		509.810	509.810
Ajustes de Avaliação Patrimonial		(781.941)	(781.941)
Lucros Acumulados		48.908	-
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		2.548.775	2.499.867
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		16.488.869	16.431.817

As Notas Explicativas Condensadas são parte integrante das Informações Contábeis Intermediárias.

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS

PARA OS PERÍODOS DE TRÊS MESES FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2017 E 2016

(Em milhares de Reais, exceto lucro líquido (prejuízo) por lote de mil ações)

	Nota	31/03/2017	31/03/2016 Reapresentado
RECEITA	21	2.767.988	2.691.446
CUSTOS OPERACIONAIS	22		
CUSTO COM ENERGIA ELÉTRICA			
Energia Elétrica Comprada para Revenda		(1.378.708)	(1.276.015)
Encargos de Uso da Rede Básica de Transmissão		(162.447)	(213.345)
		<u>(1.541.155)</u>	<u>(1.489.360)</u>
CUSTOS			
Pessoal e Administradores		(201.952)	(231.762)
Materiais		(4.115)	(3.757)
Serviços de Terceiros		(128.830)	(133.080)
Amortização		(116.367)	(110.458)
Provisões (Reversões) Operacionais		(70.399)	(67.999)
Custo de Construção de Infraestrutura de Distribuição		(181.358)	(218.594)
Outros		(1.455)	(2.708)
		<u>(704.476)</u>	<u>(768.358)</u>
CUSTO TOTAL		(2.245.631)	(2.257.718)
LUCRO BRUTO		522.357	433.728
DESPESA OPERACIONAL	22		
Despesas com Vendas		(66.195)	(76.561)
Despesas Gerais e Administrativas		(136.035)	(146.775)
Outras Despesas Operacionais		(123.164)	(94.664)
		<u>(325.394)</u>	<u>(318.000)</u>
Resultado Operacional Antes do Resultado Financeiro e dos Impostos		196.963	115.728
Receitas Financeiras	23	102.499	142.072
Despesas Financeiras	23	(215.963)	(283.675)
Resultado Antes dos Impostos		83.499	(25.875)
Imposto de Renda e Contribuição Social Correntes	8	(104.455)	(4.968)
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	8	69.864	3.702
RESULTADO DO PERÍODO		48.908	(27.141)
Resultado Básico e Diluído por ação		0,021	(0,0115)

As Notas Explicativas Condensadas são parte integrante das Informações Contábeis Intermediárias.

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS ABRANGENTES
PARA OS PERÍODOS DE TRÊS MESES FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2017 E 2016

(Em milhares de Reais)

	31/03/2017	31/03/2016
Resultado do Período	48.908	(27.141)
Outros Componentes do Resultado Abrangente	-	-
RESULTADO ABRANGENTE DO PERÍODO	48.908	(27.141)

As Notas Explicativas Condensadas são parte integrante das Informações Contábeis Intermediárias.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
PARA OS PERÍODOS DE TRÊS MESES FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2017 E 2016

(Em Milhares de Reais)

	Capital Social	Recursos Destinados à aumento de Capital	Reservas de Lucros	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Lucros (Prejuízos) Acumulados	Total do Patrimônio Líquido
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015	2.361.998	-	735.957	(402.107)	-	2.695.848
Resultado do Período	-	-	-	-	(27.141)	(27.141)
Outros Resultados Abrangentes	-	-	-	-	-	-
Resultado abrangente do período	-	-	-	-	(27.141)	(27.141)
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	410.000	-	-	-	410.000
SALDOS EM 31 DE MARÇO DE 2016	2.361.998	410.000	735.957	(402.107)	(27.141)	3.078.707
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016	2.361.998	410.000	509.810	(781.941)	-	2.499.867
Resultado do Período	-	-	-	-	48.908	48.908
Outros Resultados Abrangentes	-	-	-	-	-	-
Resultado abrangente do período	-	-	-	-	48.908	48.908
SALDOS EM 31 DE MARÇO DE 2017	2.361.998	410.000	509.810	(781.941)	48.908	2.548.775

As Notas Explicativas Condensadas são parte integrante das Informações Contábeis Intermediárias.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
PARA OS PERÍODOS DE TRÊS MESES FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2017 E 2016
(Em milhares de Reais)

	31/03/2017	31/03/2016
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Resultado do Período	48.908	(27.141)
Despesas (Receitas) que não afetam o Caixa e Equivalentes de Caixa		
Obrigações Pós-Emprego	78.937	77.119
Amortização	129.767	121.845
Provisões para Perdas Operacionais	136.594	144.560
Perdas nas baixas de Ativos Financeiros da Concessão e Intangível	8.165	9.283
Juros e Variações Monetárias	187.644	196.266
Conta de Compensação de Variação de Valores de Itens da "Parcela A" (CVA) e Outros Componentes Financeiros	302.602	132.204
Imposto de Renda e Contribuição Social	34.591	1.266
	<u>927.208</u>	<u>655.402</u>
(Aumento) Redução de Ativos		
Consumidores e Revendedores	(225.322)	(101.052)
Concessionários – Transporte de Energia	(11.717)	(4.697)
Conta de Compensação de Variação de Valores de Itens da "Parcela A" (CVA) e Outros Componentes Financeiros	2.721	271.792
Tributos Compensáveis	(4.396)	10.552
Imposto de Renda e Contribuição Social	93.616	(2.767)
Depósitos Vinculados a Litígios	(15.822)	(5.110)
Subvenção Baixa Renda	2.601	(144)
Outros	284	(3.358)
	<u>(158.035)</u>	<u>165.216</u>
Aumento (Redução) de Passivos		
Fornecedores	(33.928)	(313.744)
Tributos e Contribuição Social	(127.533)	16.278
IR e CSLL a pagar	(66.710)	(4.968)
Salários e Encargos Sociais	(10.419)	(750)
Encargos Regulatórios	(9.618)	(62.285)
Obrigações Pós-Emprego	(43.303)	(42.999)
Outros	(67.838)	(69.160)
	<u>(359.349)</u>	<u>(477.628)</u>
Caixa Gerado pelas Atividades Operacionais	409.824	342.990
Juros Pagos	(207.313)	(430.599)
Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	(37.745)	-
CAIXA LÍQUIDO GERADO (CONSUMIDO) NAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	164.766	(87.609)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Em Títulos e Valores Mobiliários – Aplicação Financeira	16.811	(55.676)
Em Fundos Vinculados	1	(99)
Em Intangível	(159.913)	(179.155)
CAIXA LÍQUIDO CONSUMIDO NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	(143.101)	(234.930)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Empréstimos Obtidos	-	1.919.316
Pagamentos de Empréstimos	(30.950)	(1.730.465)
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	-	410.000
CAIXA LÍQUIDO GERADO (CONSUMIDO) PELAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	(30.950)	598.851
VARIAÇÃO LÍQUIDA DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	(9.285)	276.312
DEMONSTRAÇÃO DA VARIAÇÃO DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		
No início do exercício	426.074	318.834
No fim do exercício	416.789	595.146
	<u>(9.285)</u>	<u>276.312</u>

As Notas Explicativas Condensadas são parte integrante das Informações Contábeis Intermediárias.

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO

PARA OS PERÍODOS DE TRÊS MESES FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2017 E 2016

(Em milhares de Reais)

	31/03/2017	31/03/2016 Reapresentado	
RECEITAS			
Venda de Energia e Serviços	4.619.305	4.912.536	
Receita de Construção de Infraestrutura de Distribuição	181.358	218.594	
Ajuste de expectativa do fluxo de caixa do ativo financeiro indenizável da concessão	1.227	1.846	
Outras Receitas	327	1.893	
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(66.195)	(76.561)	
	4.736.022	5.058.308	
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS			
Energia Elétrica Comprada para Revenda	(1.516.627)	(1.403.257)	
Encargos de Uso da Rede Básica da Transmissão	(179.005)	(235.091)	
Serviços de Terceiros	(242.089)	(236.333)	
Materiais	(86.782)	(102.976)	
Outros Custos Operacionais	(122.691)	(137.532)	
	(2.147.194)	(2.115.189)	
VALOR ADICIONADO BRUTO	2.588.828	2.943.119	
RETENÇÕES			
Amortização	(129.767)	(121.845)	
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO	2.459.061	2.821.274	
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA			
Receitas Financeiras	102.499	142.072	
VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR	2.561.560	2.963.346	
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO			
		%	%
Empregados	307.237	11,99	313.841
Remuneração Direta	200.477	7,82	215.358
Benefícios	92.604	3,62	82.430
FGTS	14.156	0,55	16.053
Impostos, Taxas e Contribuições	1.951.363	76,18	2.336.006
Federais	817.659	31,92	1.195.462
Estaduais	1.130.832	44,15	1.138.360
Municipais	2.872	0,11	2.184
Remuneração de Capitais de Terceiros	254.052	9,92	340.640
Juros	237.408	9,27	323.114
Aluguéis	16.644	0,65	17.526
Remuneração de Capital Próprio	48.908	1,91	(27.141)
Lucros (Prejuízos) Retidos	48.908	1,91	(27.141)
	2.561.560	100,00	2.963.346
		100,00	100,00

As Notas Explicativas Condensadas são parte integrante das Informações Contábeis Intermediárias.

NOTAS EXPLICATIVAS CONDENSADAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

REFERENTES AOS PERÍODOS FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2017

(Em milhares de Reais, exceto se indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Cemig Distribuição S.A. (“Companhia” ou “Cemig Distribuição”), sociedade por ações de capital aberto, CNPJ nº 06.981.180/0001-16, é subsidiária integral da Companhia Energética de Minas Gerais (“Cemig”), constituída em 8 de setembro de 2004 e com início das suas operações a partir de 1º de janeiro de 2005, como resultado do processo de desmembramento das atividades da Cemig. Suas ações não são negociadas em Bolsa de Valores. A Companhia é uma entidade domiciliada no Brasil, com endereço na Av. Barbacena, 1.200 – Belo Horizonte / MG.

A Companhia tem por objeto social: estudar, planejar, projetar, construir, operar e explorar sistemas de distribuição e comercialização de energia elétrica e serviços correlatos que lhe tenham sido, ou venham a ser, concedidos, por qualquer título de direito.

A Cemig Distribuição tem como área de concessão 567.478 Km², aproximadamente 97% do Estado de Minas Gerais, atendendo 8.285.261 consumidores em 31 de março de 2017 (informações não revisadas pelos auditores independentes).

Em 21 de dezembro de 2015, a Companhia celebrou com o Ministério de Minas e Energia o Quinto Termo Aditivo aos contratos de concessão, prorrogando a concessão de distribuição de energia elétrica por mais 30 anos, a partir de 1º de janeiro de 2016. O novo Termo Aditivo estabelece indicadores de qualidade no atendimento e também econômico-financeiros que devem ser atendidos pela Companhia durante a vigência do novo prazo de concessão.

Em 31 de março de 2017, o Passivo Circulante da Companhia excedeu o Ativo Circulante em R\$608.356. A Administração da Companhia monitora seu fluxo de caixa e, nesse sentido, avalia medidas visando à adequação de sua atual situação patrimonial aos patamares considerados adequados para fazer face às suas necessidades. Em 31 de março de 2017, os empréstimos e financiamentos e debêntures, de curto e longo prazo, da Cemig D totalizaram R\$1.935.340 e R\$4.228.089, respectivamente. A Companhia apresentou fluxo de caixa operacional positivo de R\$164.766 em 31 de março de 2017.

A Cemig estima que os saldos de caixa corrente, o fluxo de caixa das atividades operacionais e o refinanciamento de parcela de sua dívida sejam suficientes para atender o capital de giro, os investimentos, o serviço da dívida, e outras necessidades de caixa nos próximos 12 meses.

2. BASE DE PREPARAÇÃO

2.1. Declaração de Conformidade

As Informações Contábeis Intermediárias foram elaboradas e preparadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) – Demonstração Intermediária e com a Norma Internacional IAS-34 – *Interim Financial Reporting* emitida pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), assim como a apresentação dessas informações está condizente com as Normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), aplicáveis à elaboração das Informações Contábeis Intermediárias (ITR). Estas Informações Contábeis Intermediárias foram elaboradas seguindo princípios, práticas e critérios consistentes com aqueles adotados na elaboração das Demonstrações Financeiras anuais em 31 de dezembro de 2016.

Dessa forma, estas Informações Contábeis Intermediárias devem ser lidas em conjunto com as referidas Demonstrações Financeiras, aprovadas pelo Conselho de Administração em 11 de abril de 2017.

A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das Informações Contábeis Intermediárias, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às informações utilizadas pela Administração na sua gestão.

Em 15 de maio de 2017, a Diretoria Executiva da Companhia autorizou a conclusão e a divulgação destas Informações Contábeis Intermediárias.

2.2. Correlação entre notas explicativas divulgadas nas Demonstrações Financeiras Anuais e as Informações Contábeis Intermediárias

A correlação entre as notas explicativas divulgadas nas Demonstrações Financeiras Anuais de 31 de dezembro de 2016 e as Informações Contábeis Intermediárias de 31 de março de 2017, é conforme a seguir:

Número das notas explicativas		Título das Notas Explicativas
31/12/2016	31/03/2017	
1	1	Contexto Operacional
2	2	Base de Preparação
4	3	Informações por Segmentos Operacionais
5	4	Caixa e Equivalentes de Caixa
6	5	Títulos e Valores Mobiliários
7	6	Consumidores, Revendedores e Concessionários de Transporte de Energia
8	7	Tributos Compensáveis
9	8	Imposto de Renda e Contribuição Social
10	9	Depósitos Vinculados a Litígios
11	10	Reembolso Subsídios Tarifários
12	11	Repasses da Conta Centralizadora de Recursos de Bandeiras Tarifárias
13	12	Ativos e Passivos Financeiros da Concessão
14	13	Intangível
15	14	Fornecedores
16	15	Impostos, Taxas e Contribuições
17	16	Empréstimos, Financiamentos e Debêntures
18	17	Encargos Regulatórios
19	18	Obrigações Pós-Emprego
20	19	Provisões
21	20	Patrimônio Líquido e Remuneração aos Acionistas
22	21	Receita
23	22	Custos e Despesas Operacionais
24	23	Receitas e Despesas Financeiras
25	24	Transações com Partes Relacionadas
26	25	Instrumentos Financeiros e Gestão De Riscos
27	26	Mensuração Pelo Valor Justo
31	27	Transações Não Envolvendo Caixa
32	28	Eventos Subsequentes

As notas explicativas do relatório anual de 2016 que foram suprimidas nas Informações Contábeis Intermediárias (ITR), por não apresentarem alterações aplicáveis ao contexto das informações trimestrais, são as seguintes:

Número das notas	Título das Notas Explicativas
3	Das Concessões
28	Seguros
29	Obrigações Contratuais
30	Reajuste Tarifário Anual

A Companhia entende que as atualizações relevantes referentes à sua situação patrimonial e ao seu desempenho, no trimestre findo em 31 de março de 2017, estão apresentadas nestas Informações Contábeis Intermediárias, estando em conformidade com os requerimentos de divulgação da CVM.

2.3. Reapresentações nas Informações Contábeis Intermediárias de 31 de março de 2016

A Companhia, objetivando a melhor apresentação de seu desempenho operacional e financeiro, concluiu que o ajuste de expectativa do fluxo de caixa do ativo financeiro indenizável da concessão, originalmente apresentado na rubrica de receita financeira, no resultado financeiro, deve ser mais adequadamente classificado no grupo de receitas operacionais, juntamente com as demais receitas relacionadas com a sua atividade fim. Esta alocação reflete de forma mais acurada o modelo de negócio de distribuição de energia elétrica e propicia uma melhor apresentação quanto ao seu desempenho.

Tal conclusão está suportada no fato de que:

- i. Investir em infraestrutura é atividade indispensável do negócio de distribuição de energia elétrica, cujo modelo de gestão está suportado em construir, manter e operar essa infraestrutura;
- ii. Parte da indústria de distribuição de energia, bem como a indústria de transmissão de energia, já adota tal classificação, dessa forma a companhia estaria aumentando a comparabilidade de suas demonstrações financeiras;
- iii. O aumento nas taxas de inflação experimentado nos últimos anos no país, que influenciam diretamente no acréscimo do valor do ativo financeiro da concessão, contribuíram para aumentar a relevância dessa receita no resultado do exercício.

Conforme as orientações do CPC 23 / IAS 8 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, a Companhia alterou sua política contábil anteriormente adotada por uma política contábil que melhor reflete o desempenho dos seus negócios (pelos argumentos acima mencionados) e, portanto, procedeu às reclassificações de forma retrospectiva em suas demonstrações do resultado e do valor adicionado.

Essas alterações não provocaram nenhum efeito nos balanços patrimoniais, no lucro líquido, nas demonstrações de resultados abrangentes e das mutações do patrimônio líquido, nem na Demonstração do Fluxo de Caixa.

As demonstrações do resultado e do valor adicionado, para fins de comparabilidade, estão apresentadas a seguir:

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO

R\$ mil	31/03/2016 Apresentado	Reclassificações	31/03/2016 Reapresentado
RECEITA	2.689.600	1.846	2.691.446
CUSTOS OPERACIONAIS			
CUSTO COM ENERGIA ELÉTRICA			
Energia Elétrica Comprada para Revenda	(1.276.015)	-	(1.276.015)
Encargos de Uso da Rede Básica de Transmissão	(213.345)	-	(213.345)
	<u>(1.489.360)</u>	-	<u>(1.489.360)</u>
CUSTOS			
Pessoal e Administradores	(231.762)	-	(231.762)
Materiais	(3.757)	-	(3.757)
Serviços de Terceiros	(133.080)	-	(133.080)
Amortização	(110.458)	-	(110.458)
Provisões (Reversões) Operacionais	(67.999)	-	(67.999)
Custo de Construção de Infraestrutura de Distribuição	(218.594)	-	(218.594)
Outros	(2.708)	-	(2.708)
	<u>(768.358)</u>	-	<u>(768.358)</u>
CUSTO TOTAL	(2.257.718)	-	(2.257.718)
LUCRO BRUTO	431.882	1.846	433.728
DESPESA OPERACIONAL			
Despesas com Vendas	(76.561)	-	(76.561)
Despesas Gerais e Administrativas	(146.775)	-	(146.775)
Outras Despesas Operacionais	(94.664)	-	(94.664)
	<u>(318.000)</u>	-	<u>(318.000)</u>
Resultado Operacional Antes do Resultado Financeiro e dos Impostos	113.882	1.846	115.728
Receitas Financeiras	143.918	(1.846)	142.072
Despesas Financeiras	(283.675)	-	(283.675)
Resultado Antes dos Impostos	(25.875)	-	(25.875)
Imposto de Renda e Contribuição Social Correntes	(4.968)	-	(4.968)
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	3.702	-	3.702
RESULTADO DO EXERCÍCIO	(27.141)	-	(27.141)
Resultado Básico e Diluído por ação ordinária	(0,0115)	-	(0,0115)

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO

R\$ mil	31/03/2016 Apresentado	Reclassificações	31/03/2016 Reapresentado
RECEITAS			
Venda de Energia e Serviços	4.912.536	-	4.912.536
Receita de Construção de Infraestrutura de Distribuição	218.594	-	218.594
Ajuste de expectativa do fluxo de caixa do ativo financeiro indenizável da concessão	-	1.846	1.846
Outras Receitas	1.893	-	1.893
Ajuste para Perdas em Créditos de Liquidação Duvidosa	(76.561)	-	(76.561)
	5.056.462	1.846	5.058.308
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS			
Energia Elétrica Comprada para Revenda	(1.403.257)	-	(1.403.257)
Encargos de Uso da Rede Básica da Transmissão	(235.091)	-	(235.091)
Serviços de Terceiros	(236.333)	-	(236.333)
Materiais	(102.976)	-	(102.976)
Outros Custos Operacionais	(137.532)	-	(137.532)
	(2.115.189)	-	(2.115.189)
VALOR ADICIONADO BRUTO	2.941.273	1.846	2.943.119
RETENÇÕES			
Amortização	(121.845)	-	(121.845)
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO	2.819.428	1.846	2.821.274
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA			
Receitas Financeiras	143.918	(1.846)	142.072
VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR	2.963.346	-	2.963.346
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO			
		%	
Empregados	313.841	10,61	313.841
Remuneração Direta	215.358	7,29	215.358
Benefícios	82.430	2,78	82.430
FGTS	16.053	0,54	16.053
Impostos, Taxas e Contribuições	2.336.006	78,82	2.336.006
Federais	1.195.462	40,34	1.195.462
Estaduais	1.138.360	38,41	1.138.360
Municipais	2.184	0,07	2.184
Remuneração de Capitais de Terceiros	340.640	11,49	340.640
Juros	323.114	10,90	323.114
Aluguéis	17.526	0,59	17.526
Remuneração de Capital Próprio	(27.141)	(0,92)	(27.141)
Lucros (Prejuízos) Retidos	(27.141)	(0,92)	(27.141)
	2.963.346	100,00	2.963.346

3. INFORMAÇÕES POR SEGMENTOS OPERACIONAIS

A Companhia atua, somente, no segmento de distribuição de energia elétrica no Estado de Minas Gerais e sua demonstração de resultado reflete essa atividade. Desta maneira, a Administração acredita que sua demonstração de resultados, e as demais informações constantes nestas notas explicativas, apresentam as informações requeridas sobre seu único segmento operacional.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	31/03/2017	31/12/2016
Contas Bancárias	34.221	82.447
Aplicações Financeiras		
Certificados de Depósitos Bancários	275.117	225.779
Overnight	107.451	117.848
	382.568	343.627
	416.789	426.074

Os Certificados de Depósito Bancário (CDB) são remunerados a um percentual do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) divulgado pela Câmara de Custódia e Liquidação (CETIP), que variam entre 72% a 106,5% em 2017 (75% a 106,5% em 2016), conforme operação.

As operações de *overnight* consistem em aplicações com disponibilidade para resgate no dia subsequente à data da aplicação. Normalmente, são lastreadas por letras, notas ou obrigações do Tesouro e referenciadas em uma taxa pré-fixada em aproximadamente 12,14% a.a. em 2017 (13,64% a.a. em 2016).

A exposição da Companhia a riscos de taxas de juros e uma análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgadas na Nota Explicativa nº 25.

5. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

	31/03/2017	31/12/2016
Certificados de depósitos bancários	10.291	10.471
Letras Financeiras – Bancos	225.730	236.424
Letras Financeiras do Tesouro	60.663	61.463
Debêntures	28.382	33.358
Outros	481	642
	325.547	342.358
Ativo Circulante	311.024	327.680
Ativo Não Circulante	14.523	14.678

Os Certificados de Depósito Bancário (CDB) são remunerados a um percentual do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) divulgado pela Câmara de Custódia e Liquidação (CETIP), que variam entre 100,5% a 105,25% em 2017 (98,5% a 105,25% em 2016), conforme operação.

As Letras Financeiras – Bancos (LFs) são títulos de renda fixa, pós-fixados, emitidos pelos bancos e remunerados a um percentual do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) divulgado pela Câmara de Custódia e Liquidação (CETIP). As LFs que compõem a carteira da Cemig possuem taxa de remuneração que variam entre 104,25% a 112,4% do CDI em 2017 (104,25% a 112,7% do CDI em 2016).

As Letras Financeiras do Tesouro (LFT) são títulos pós-fixados, cuja rentabilidade segue a variação da taxa SELIC diária registrada entre a data da compra e a data de vencimento do título.

Debêntures são títulos de dívida, de médio e longo prazo, que conferem a seu detentor um direito de crédito contra a companhia emissora. As debêntures possuem taxa de remuneração que variam entre 104,25% a 113% do CDI em 2017 (104,25% a 113% do CDI em 2016).

A classificação destes títulos e valores mobiliários está apresentada na Nota Explicativa nº 25. As aplicações financeiras em títulos de partes relacionadas estão demonstradas na Nota Explicativa nº 24.

6. CONSUMIDORES, REVENDEDORES E CONCESSIONÁRIOS DE TRANSPORTE DE ENERGIA

Classe de Consumidor	Saldos a Vencer	Vencidos até 90 dias	Vencidos há mais de 90 dias	Total	
				31/03/2017	31/12/2016
Residencial	897.909	400.871	287.497	1.586.277	1.449.693
Industrial	188.123	37.704	92.145	317.972	315.341
Comércio, Serviços e Outras	456.582	99.727	157.102	713.411	681.848
Rural	196.762	54.695	26.945	278.402	256.896
Poder Público	126.063	36.442	17.700	180.205	159.148
Iluminação Pública	35.780	1.215	4.490	41.485	42.355
Serviço Público	88.486	10.583	15.271	114.340	101.489
Subtotal – Consumidores	1.989.705	641.237	601.150	3.232.092	3.006.770
Suprimento a Outras Concessionárias	-	-	17	17	17
Concessionários – Transporte de Energia	227.386	11.307	67.734	306.427	294.710
Suprimento – Energia de Curto Prazo	-	-	861	861	861
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	-	-	(668.884)	(668.884)	(602.689)
	2.217.091	652.544	878	2.870.513	2.699.669
Ativo Circulante				2.735.997	2.565.153
Ativo Não Circulante				134.516	134.516

O ajuste para Perdas em Créditos de Liquidação Duvidosa é considerado suficiente para cobrir eventuais perdas na realização desses ativos e sua composição, por classe de consumidor, é como segue:

	31/03/2017	31/12/2016
Residencial	287.497	250.039
Industrial	92.145	88.555
Comércio, Serviços e Outras	157.102	145.179
Rural	26.945	22.093
Poder Público	17.700	9.444
Iluminação Pública	4.490	4.471
Serviço Público	15.271	15.174
Concessionários – Transporte de Energia	67.734	67.734
	668.884	602.689

A movimentação do ajuste para Perdas em Créditos de Liquidação Duvidosa é como segue:

Saldo em 31 de dezembro de 2015	568.085
Constituições	76.561
Baixas	(43.574)
Saldo em 31 de março de 2016	601.072
Saldo em 31 de dezembro de 2016	602.689
Constituições	66.195
Saldo em 31 março de 2017	668.884

7. TRIBUTOS COMPENSÁVEIS

Tributos Compensáveis	31/03/2017	31/12/2016
Circulante		
ICMS a Recuperar	76.292	86.866
COFINS	53.566	53.566
PIS-PASEP	11.631	11.631
Outros	7.015	2.927
	148.504	154.990
Não Circulante		
ICMS a Recuperar	130.030	119.138
COFINS	3.109	3.117
PIS-PASEP	598	600
	133.737	122.855
	282.241	277.845

Os créditos de PIS-PASEP, COFINS e ICMS a recuperar, registrados no Ativo Não Circulante, são decorrentes de aquisições de ativo imobilizado e podem ser compensados em 48 meses. Os créditos de PIS-PASEP e COFINS gerados pelas novas aquisições de máquinas e equipamentos são compensados de forma imediata, na forma da Lei 11.774/08. A transferência para o Não Circulante foi feita de acordo com estimativas da Administração dos valores que deverão ser realizados após março de 2018.

8. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Imposto de Renda e Contribuição Social a Recuperar

Os saldos de Imposto de Renda e Contribuição Social referem-se a créditos da Declaração do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica – DIPJ que serão compensados com Tributos Federais a pagar a serem apurados.

	31/03/2017	31/12/2016
Circulante		
Imposto de Renda	182.758	221.656
Contribuição Social	32.146	86.864
	214.904	308.520

b) Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos

A Companhia possui créditos tributários de Imposto de Renda, constituídos à alíquota de 25%, e Contribuição Social, constituídos à alíquota de 9%, conforme segue:

Diferenças Temporárias de IRPJ/CSLL	31/03/2017	31/12/2016
Ativos Fiscais Diferidos		
Prejuízo Fiscal / Base Negativa	84.581	84.581
Obrigações Pós-Emprego	820.686	805.292
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (PCLD)	252.134	219.761
Tributos com Exigibilidade Suspensa (1)	153.155	153.155
Provisões Operacionais	136.891	118.155
Taxa de Administração	6.657	6.751
Outros	7.825	3.447
	1.461.929	1.391.142
Passivos Fiscais Diferidos		
Ajuste de expectativa do fluxo de caixa do ativo financeiro indenizável da concessão	(218.956)	(220.820)
Encargos Financeiros Capitalizados	(153.443)	(148.559)
Custo de Captação	(17.430)	(19.527)
	(389.829)	(388.906)
Total do Ativo Líquido Apresentado no Balanço Patrimonial	1.072.100	1.002.236

(1) Referente à provisão de PIS-PASEP/COFINS incidentes sobre ICMS, com exigibilidade suspensa pelos depósitos judiciais.

A movimentação do Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos é como segue:

Saldo em 31 de dezembro de 2015	708.642
Efeitos alocados às Demonstrações de Resultados	3.702
Saldo em 31 de março de 2016	712.344
Saldo em 31 de dezembro de 2016	1.002.236
Efeitos alocados às Demonstrações de Resultados	69.864
Saldo em 31 de março de 2017	1.072.100

Os saldos passivos do Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos foram compensados com os saldos dos ativos correspondentes.

c) Conciliação da Despesa com Imposto de Renda e da Contribuição Social

A conciliação da despesa nominal de Imposto de Renda (alíquota de 25%) e da Contribuição Social (alíquota de 9%) com a despesa efetiva apresentada na Demonstração de Resultado é como segue:

	31/03/2017	31/03/2016
Resultado Antes dos Impostos	83.499	(25.875)
Imposto de Renda e Contribuição Social – Benefício (Despesa) Nominal	(28.390)	8.797
Efeitos Fiscais Incidentes sobre:		
Incentivos Fiscais	1.993	193
Contribuições e Doações Indedutíveis	(477)	(436)
Créditos Fiscais não Reconhecidos	-	(1.627)
Multas Indedutíveis	(4.696)	(5.152)
Excedente de Reativos e Ultrapassagem de Demanda	(3.075)	(3.021)
Outros	54	(20)
Imposto de Renda e Contribuição Social – Despesa Efetiva	(34.591)	(1.266)
Alíquota Efetiva	41,43%	4,89%
Corrente	(104.455)	(4.968)
Diferido	69.864	3.702

9. DEPÓSITOS VINCULADOS A LITÍGIOS

Os Depósitos Vinculados a Litígios relativos a obrigações fiscais, trabalhistas e outros estão demonstrados na tabela a seguir:

	31/03/2017	31/12/2016
Trabalhista	301.830	285.030
Obrigações Fiscais		
Imposto de Renda sob Juros sobre Capital Próprio	9.992	9.817
PIS-PASEP/COFINS – Exclusão do ICMS da base de cálculo	612.622	612.622
Outros	127.291	125.131
	<u>749.905</u>	<u>747.570</u>
Outros		
Regulatório	18.457	18.230
Cível	6.833	7.270
Relações de Consumo	3.615	3.578
Bloqueio Judicial	5.308	4.607
Outros	4.603	5.250
	<u>38.816</u>	<u>38.935</u>
	<u>1.090.551</u>	<u>1.071.535</u>

Os saldos de depósitos judiciais relativos à PIS-PASEP/COFINS possuem provisão correspondente na rubrica de Impostos, Taxas e Contribuições – Não Circulante. Vide detalhes na Nota Explicativa nº 15 das Informações Contábeis Intermediárias.

10. REEMBOLSO SUBSÍDIOS TARIFÁRIOS

Os subsídios incidentes nas tarifas aplicáveis aos usuários do serviço público de distribuição de energia elétrica são reembolsados através dos repasses de recursos da Conta de Desenvolvimento Energético (CDE).

Em 31 de março de 2017, o montante apropriado como receitas de subsídios foi de R\$191.254 (R\$215.085 em 31 de março de 2016). Do valor provisionado, a Companhia tem a receber R\$63.751 (R\$63.751 em 31 de dezembro de 2016), reconhecidos no ativo circulante.

11. REPASSES DA CONTA CENTRALIZADORA DE RECURSOS DE BANDEIRAS TARIFÁRIAS

A Conta Centralizadora de Recursos de Bandeiras Tarifárias (“CCRBT” ou “Conta Bandeira”) destina-se à administração dos recursos decorrentes da aplicação das bandeiras tarifárias aos consumidores cativos das concessionárias e permissionárias de distribuição de energia elétrica do Sistema Interligado Nacional (SIN), recolhidos em nome da Conta de Desenvolvimento Energético (CDE) diretamente à Conta Bandeira. Os recursos são repassados pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) aos agentes de distribuição, considerando a diferença entre os valores realizados dos custos de geração por fonte termelétrica e da exposição aos preços de liquidação no mercado de curto prazo e a cobertura tarifária vigente.

No período de janeiro a março de 2017, os repasses da Conta Bandeira totalizaram R\$2.721 (R\$271.792 de janeiro a março de 2016) e foram reconhecidos como uma realização parcial da CVA constituída.

12. ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS DA CONCESSÃO

ATIVOS FINANCEIROS DA CONCESSÃO	31/03/2017	31/12/2016
Ativos Relacionados à Infraestrutura (a)	242.525	216.107
Conta de Compensação de Variação de Valores de Itens da “Parcela A” CVA e Outros Componentes Financeiros (b)	268.602	397.725
	511.127	613.832
Ativo Circulante	268.602	397.725
Ativo Não Circulante	242.525	216.107

PASSIVOS FINANCEIROS DA CONCESSÃO	31/03/2017	31/12/2016
Conta de Compensação de Variação de Valores de Itens da “Parcela A” CVA e Outros Componentes Financeiros (b)	987.344	804.975
Passivo Circulante	851.014	481.835
Passivo Não Circulante	136.330	323.140

a) Ativos relacionados à Infraestrutura

Os contratos de concessão de distribuição da Companhia estão dentro dos critérios de aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 (IFRIC 12), que trata de contratos de concessão, e referem-se à infraestrutura investida que será objeto de indenização do Poder Concedente ao final das concessões, conforme previsto no marco regulatório do setor elétrico e nos contratos de concessão assinados entre a Cemig e a ANEEL.

Segue abaixo a mutação dos ativos financeiros da concessão relacionados à infraestrutura:

Saldo em 31 de dezembro de 2015	135.983
Transferências do Ativo Intangível	25.961
Ajuste de expectativa do fluxo de caixa do ativo financeiro indenizável da concessão	1.846
Saldo em 31 de março de 2016	163.790
Saldo em 31 de dezembro de 2016	216.107
Transferências do Ativo Intangível	25.206
Baixas	(15)
Ajuste de expectativa do fluxo de caixa do ativo financeiro indenizável da concessão	1.227
Saldo em 31 de março de 2017	242.525

b) Conta de Compensação de Variação de Valores de Itens da “Parcela A” (CVA) e Outros Componentes Financeiros

O Termo Aditivo que prorrogou o prazo de concessão da Cemig D garante que, no caso de extinção da concessão, por qualquer motivo, os saldos remanescentes (ativos e passivos) de eventual insuficiência de recolhimento ou ressarcimento pela tarifa também devam ser considerados pelo poder concedente para fins de indenização.

Os saldos da Conta de Compensação de Variação de Custos da Parcela A (CVA), da Neutralidade dos Encargos Setoriais e outros componentes financeiros referem-se às variações positivas ou negativas entre a estimativa de custos não gerenciáveis da Companhia e os pagamentos efetivamente ocorridos. As variações apuradas são atualizadas monetariamente com base na taxa SELIC e compensadas nos reajustes tarifários subsequentes.

Seguem abaixo os saldos desses ativos e passivos financeiros, devendo ser ressaltado que nas Informações Contábeis Intermediárias os saldos das rubricas estão apresentados pelo valor líquido no ativo ou passivo em conformidade aos reajustes tarifários homologados ou a serem homologados:

Saldos em 31/03/2017	Circulante		Não Circulante		Total do Ativo	Total do Passivo
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo		
Itens da "Parcela A"						
Quota de Recolhimento à Conta de Desenvolvimento Energético – CDE	108.824	(291.690)	-	(54.872)	108.824	(346.562)
Tarifa de Uso das Instalações de Transmissão dos Integrantes da Rede Básica	16.566	2.856	4.393	-	20.959	2.856
Tarifa de Transporte de Energia Elétrica Proveniente de Itaipu	6.429	-	895	-	7.324	-
Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia – PROINFA	4.726	(6.963)	-	(1.304)	4.726	(8.267)
Encargo de Serviço do Sistema - ESS e Encargo de Energia de Reserva - EER	-	(239.953)	-	(76.654)	-	(316.607)
Energia Elétrica Comprada para Revenda	1.534.329	(1.329.773)	301.924	(262.609)	1.836.253	(1.592.382)
Outros Componentes Financeiros						
Sobrecontratação de Energia	-	(86.578)	7.883	(8.411)	7.883	(94.989)
Neutralidade da Parcela A	48.797	(76.220)	3.291	(14.338)	52.088	(90.558)
Outros Itens Financeiros	1.113	(262.007)	-	(36.529)	1.113	(298.536)
Bandeiras Tarifárias (1)	-	(9.784)	-	-	-	(9.784)
Ultrapassagem de Demanda e Excedente de Reativos (2)	-	(3.083)	-	-	-	(3.083)
TOTAL	1.720.784	(2.303.195)	318.386	(454.717)	2.039.170	(2.757.912)

(1) Faturamento de Bandeiras Tarifárias ainda não homologado pela ANEEL.

(2) Valores de ultrapassagem de demanda e excedente de reativos passaram a ser apropriados em passivos financeiros setoriais, conforme PRORET 2.1A, e somente serão amortizados quando da homologação do 5º ciclo de revisão tarifária periódica.

Saldos em 31/12/2016	Circulante		Não Circulante		Total do Ativo	Total do Passivo
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo		
Itens da "Parcela A"						
Quota de Recolhimento à Conta de Desenvolvimento Energético – CDE	202.802	(144.864)	-	(99.977)	202.802	(244.841)
Tarifa de Uso das Instalações de Transmissão dos Integrantes da Rede Básica	6.717	-	3.309	-	10.026	-
Tarifa de Transporte de Energia Elétrica Proveniente de Itaipu	7.577	-	1.603	-	9.180	-
Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia – PROINFA	15.677	(84)	1.734	-	17.411	(84)
Encargo de Serviço do Sistema - ESS e Encargo de Energia de Reserva - EER	-	(166.851)	-	(77.201)	-	(244.052)
Energia Elétrica Comprada para Revenda	1.676.110	(1.299.953)	370.140	(402.366)	2.046.250	(1.702.319)
Outros Componentes Financeiros						
Sobrecontratação de Energia	-	(137.706)	-	(22.799)	-	(160.505)
Neutralidade da Parcela A	79.539	(46.470)	887	(32.070)	80.426	(78.540)
Outros Itens Financeiros	2.783	(265.775)	-	(66.401)	2.783	(332.176)
Bandeiras Tarifárias (1)	-	(13.611)	-	-	-	(13.611)
TOTAL	1.991.205	(2.075.314)	377.673	(700.814)	2.368.878	(2.776.128)

(1) Faturamento de Bandeiras Tarifárias ainda não homologado pela ANEEL.

BALANÇO PATRIMONIAL	Valores homologados pela ANEEL no último reajuste tarifário	Valores a serem homologados pela ANEEL nos próximos reajustes tarifários	31/03/2017	31/12/2016
Ativo	774.144	1.265.026	2.039.170	2.368.878
Passivo	(505.542)	(2.252.370)	(2.757.912)	(2.776.128)
Total Líquido Apresentado no Balanço	268.602	(987.344)	(718.742)	(407.250)

Segue abaixo a movimentação dos saldos de ativos e passivos financeiros:

Saldo em 31 de dezembro de 2015	1.349.656
(+) Constituição líquida de ativos financeiros	5.411
(-) Realização	(137.615)
(-) Repasse de recursos da Conta ACR e da Conta Centralizadora dos Recursos de Bandeiras Tarifárias – CCRBT (1)	(271.792)
(+) Atualização Selic	19.732
Saldo líquido em 31 de março de 2016	965.392
Saldo líquido em 31 de dezembro de 2016	(407.250)
(-) Constituição líquida de passivos financeiros	(157.842)
(-) Realização	(144.760)
(-) Repasses da Conta Centralizadora dos Recursos de Bandeiras Tarifárias – CCRBT (1)	(2.721)
(+) Atualização Selic	(6.169)
Saldo líquido em 31 de março de 2017	(718.742)

(1) Mais detalhes na Nota Explicativa nº 11.

13. INTANGÍVEL

Em conformidade a Interpretação Técnica ICPC 01/IFRIC 12, contratos de concessão, foi registrado no ativo intangível a parcela da infraestrutura de distribuição que será utilizada durante a concessão, composta pelos ativos de distribuição.

a) Composição do saldo em 31 de março de 2017 e 31 de dezembro de 2016

	31/03/2017			31/12/2016		
	Custo	Amortização Acumulada	Valor Residual	Custo	Amortização Acumulada	Valor Residual
Ativos da Concessão Líquidos	14.515.067	(6.757.378)	7.757.689	14.168.765	(6.630.859)	7.537.906
Intangível em Curso	1.255.252	-	1.255.252	1.439.731	-	1.439.731
Total Intangível	15.770.319	(6.757.378)	9.012.941	15.608.496	(6.630.859)	8.977.637

b) Mutação do Ativo Intangível em 31 de março de 2017 e 31 de março de 2016

Saldo em 31 de dezembro de 2015	8.413.168
Adições	218.594
Transferências para o Ativo Financeiro	(25.961)
Baixas	(9.283)
Amortização	(121.845)
Saldo em 31 de março de 2016	8.474.673
Saldo em 31 de dezembro de 2016	8.977.637
Adições	181.358
Transferências para o Ativo Financeiro	(25.206)
Baixa de Obrigação Especial	17.069
Baixas	(8.150)
Amortização	(129.767)
Saldo em 31 de março de 2017	9.012.941

A Companhia não identificou indícios de perda do valor recuperável de seus Ativos Intangíveis, que são de vida útil definida. A Companhia não possui ativos intangíveis com vida útil indefinida. No montante de adições de R\$181.358 está contemplado R\$21.445 a título de Encargos Financeiros Capitalizados (R\$39.439 em 31 de março de 2016), conforme apresentado na Nota Explicativa 16.

14. FORNECEDORES

	31/03/2017	31/12/2016
Energia de curto prazo - CCEE	98.724	125.066
Encargos de uso da rede elétrica	59.948	52.441
Energia elétrica comprada para revenda	490.540	422.727
Itaipu binacional	196.031	206.827
Materiais e serviços	170.192	242.302
	1.015.435	1.049.363

15. IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES

	31/03/2017	31/12/2016
Circulante		
ICMS	291.218	426.984
COFINS	74.104	63.626
PIS-PASEP	16.050	13.786
INSS	15.035	16.733
ISSQN	5.517	5.891
Outros	8.399	10.836
	410.323	537.856
Não Circulante		
COFINS	505.018	505.018
PIS-PASEP	109.551	109.551
	614.569	614.569
	1.024.892	1.152.425

As obrigações de PASEP/COFINS registradas no passivo não circulante contemplam o montante de R\$612.622, que refere-se ao questionamento judicial da constitucionalidade da inclusão do ICMS na base de cálculo desses impostos, sendo requerida, inclusive, a compensação dos valores recolhidos nos últimos 10 anos.

A companhia obteve liminar para não efetuar o recolhimento e autorização para o depósito judicial a partir de 2008 e manteve esse procedimento até os fatos geradores ocorridos em julho de 2011. A partir dessa data, apesar de continuar a questionar judicialmente a base de cálculo, optou por recolher mensalmente os impostos.

Em 15 de março de 2017, o Supremo Tribunal Federal – STF decidiu, em sede de repercussão geral, de forma favorável a tese da Companhia. A Companhia aguarda a divulgação do Acórdão e os efeitos advindos de uma eventual modulação pelo STF dos efeitos da decisão para então mensurar e refletir em suas demonstrações financeiras os efeitos advindos da decisão.

16. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES

Financiadores	31/03/2017						31/12/2016
	Vencimento Principal	Encargos Financeiros anuais (%)	Moedas	Circulante	Não Circulante	Total	Total
MOEDA ESTRANGEIRA							
Banco do Brasil S.A. - Bônus Diversos (1)	2024	Diversas	US\$	2.980	22.874	25.854	23.049
Dívida em Moeda Estrangeira				2.980	22.874	25.854	23.049
MOEDA NACIONAL							
Banco do Brasil S.A.	2017	108,33% do CDI	R\$	74.818	-	74.818	72.242
Banco do Brasil S.A.	2017	111,00% do CDI	R\$	52.309	-	52.309	50.308
Banco do Brasil S.A.	2020	114,00% do CDI	R\$	25.262	494.444	519.706	501.352
ELETROBRÁS	2023	UFIR + 6 a 8,00%	R\$	16.660	45.110	61.770	68.042
Grandes Consumidores (2)	2018	Diversas	R\$	2.011	2.669	4.680	6.317
Caixa Econômica Federal	2018	119,00% do CDI	R\$	83.694	-	83.694	108.792
Caixa Econômica Federal	2020	132,14 % do CDI	R\$	135.282	547.917	683.199	681.418
Dívida em Moeda Nacional				390.036	1.090.140	1.480.176	1.488.471
Total de Empréstimos e Financiamentos				393.016	1.113.014	1.506.030	1.511.520
Debêntures 1ª Série 3ª Emissão (3)	2018	CDI + 0,69%	R\$	416.716	-	416.716	463.880
Debêntures 2ª Série 3ª Emissão (3)	2021	IPCA + 4,70%	R\$	7.683	1.452.054	1.459.737	1.495.108
Debêntures 3ª Série 3ª Emissão (3)	2025	IPCA + 5,10%	R\$	5.032	866.159	871.191	894.918
Debêntures 2ª Emissão (3)	2017	IPCA + 7,96%	R\$	242.338	-	242.338	235.136
Debêntures 4ª Emissão (3)	2018	CDI + 4,05 %	R\$	870.555	796.862	1.667.417	1.597.689
Total de Debêntures				1.542.324	3.115.075	4.657.399	4.686.731
Total Geral				1.935.340	4.228.089	6.163.429	6.198.251

- Saldo Líquido da Dívida Reestruturada composta pelos Bônus ao Par e Bônus com Desconto com saldo de R\$144.373, deduzidos pelas Cauções dadas em garantias com saldo de R\$118.519. As taxas de juros variam entre 2 a 8% ao ano; *libor* semestral mais spread de 0,81% a 0,88% ao ano.
- Financiamentos sob o título de aporte de recursos reembolsáveis para execução de obras das empresas: CMM (IGPDI+ 6%); Mineradora Serra da Fortaleza (IGPDI+ 6%); Vallourec (TR+9%);
- Debêntures Simples, não conversíveis em ações, sem garantia nem preferência, nominativa e escritural.

A composição dos empréstimos por moeda e indexador, com a respectiva amortização, é como segue:

	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024 em diante	Total
Moedas									
Dólar Norte-Americano	2.980	-	-	-	-	-	-	22.874	25.854
Total por Moedas	2.980	-	-	-	-	-	-	22.874	25.854
Indexadores									
IPCA (1)	255.156	(394)	479.050	479.056	493.832	216.617	216.617	433.332	2.573.266
UFIR/RGR (2)	12.242	16.357	12.911	11.210	3.407	3.264	2.379	-	61.770
CDI (3)	1.175.599	1.651.213	436.830	234.217	-	-	-	-	3.497.859
TR (4)	23	302	202	-	-	-	-	-	527
IGP-DI (5)	1.988	866	866	433	-	-	-	-	4.153
Total por Indexadores	1.445.008	1.668.344	929.859	724.916	497.239	219.881	218.996	433.332	6.137.575
Total Geral	1.447.988	1.668.344	929.859	724.916	497.239	219.881	218.996	456.206	6.163.429

- Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA);
- Unidade Fiscal de Referência (UFIR/RGR);
- Certificado de Depósito Interbancário (CDI);
- Taxa Referencial (TR);
- Índice Geral de Preços - Disponibilidade Interna (IGP-DI);

As principais moedas e indexadores utilizados para atualização monetária dos empréstimos e financiamentos tiveram as seguintes variações:

Moeda	Varição Acumulada no 1º Trimestre 2017 %	Varição Acumulada no 1º Trimestre 2016 %	Indexador	Varição Acumulada no 1º Trimestre 2017 %	Varição Acumulada no 1º Trimestre 2016 %
Dólar Norte-Americano	(2,78)	(8,86)	IPCA	0,96	2,62
Euro	(1,42)	(4,62)	CDI	2,98	3,25

A movimentação dos Empréstimos, Financiamentos e Debentures é como segue:

Saldo em 31 de dezembro de 2015	7.020.042
Empréstimos Obtidos	1.969.900
Custos de Captação	(50.584)
Empréstimos Obtidos líquidos dos Custos de Captação	1.919.316
Varição Monetária e Cambial	77.204
Encargos Financeiros Provisionados	190.711
Encargos Financeiros Pagos	(430.599)
Amortização de Financiamentos	(1.730.465)
Saldo em 31 de março de 2016	7.046.209
Saldo em 31 de dezembro de 2016	6.198.251
Varição Monetária e Cambial	29.291
Encargos Financeiros Provisionados	174.150
Encargos Financeiros Pagos	(207.313)
Amortização de Empréstimos	(30.950)
Saldo em 31 de março de 2017	6.163.429

Encargos Financeiros Capitalizados

A Companhia transferiu para o Ativo Intangível os encargos dos empréstimos e financiamentos vinculados a obras, conforme abaixo:

	31/03/2017	31/03/2016
Encargos de Empréstimos e Financiamentos	174.150	190.711
Encargos Financeiros Transferidos para o Intangível (1)	(21.445)	(39.439)
Efeito Líquido no Resultado	152.705	151.272

(1) Taxa média de capitalização: 4,04% no período de janeiro a março de 2017 (3,58% no período de janeiro a março de 2016).

Garantias

Em 31 de março de 2017, os Empréstimos e Financiamentos são garantidos da seguinte forma:

	Em milhares de Reais
Notas Promissórias e Aval	3.345.983
Recebíveis	2.570.427
Sem Garantia	247.019
TOTAL	6.163.429

Debêntures

As Debêntures de emissão da Companhia são do tipo “simples”, não conversíveis em ações e possuem as seguintes características:

	Tipo garantia	Encargos Anuais (%)	Saldo em 31/03/2017	Saldo em 31/12/2016
1ª Série - 3ª Emissão	Fiança	CDI + 0,69	416.716	463.880
2ª Série - 3ª Emissão	Fiança	IPCA + 4,70	1.459.737	1.495.108
3ª Série - 3ª Emissão	Fiança	IPCA + 5,10	871.191	894.918
2ª Emissão	Não há	IPCA + 7,96	242.338	235.136
4ª Emissão	Fiança	CDI + 4,05	1.667.417	1.597.689
TOTAL			4.657.399	4.686.731

Para as Debêntures emitidas pela Companhia, não há cláusulas restritivas (“*Covenants*”), de repactuação, e debêntures em tesouraria. Há cláusula de vencimento antecipado de qualquer obrigação pecuniária, decorrente de inadimplemento em obrigação de valor individual ou agregado superior a R\$50 milhões (“*cross default*”).

Cláusulas Contratuais Restritivas – “*Covenants*”

A Companhia não possui contratos de Empréstimos e Financiamentos com Cláusulas Restritivas (“*Covenants*”).

17. ENCARGOS REGULATÓRIOS

	31/03/2017	31/12/2016
Eficiência Energética	308.552	290.687
Pesquisa e Desenvolvimento	83.364	77.065
Conta de Desenvolvimento Energético – CDE	164.917	181.491
Reserva Global de Reversão – RGR	30.258	30.258
Encargos de Capacidade Emergencial	30.996	30.996
Taxa de Fiscalização da ANEEL	1.361	1.361
Encargos Consumidor - Bandeiras Tarifárias	16	17.224
	619.464	629.082
Passivo Circulante	273.860	308.049
Passivo Não Circulante	345.604	321.033

18. OBRIGAÇÕES PÓS-EMPREGO

As movimentações ocorridas no passivo líquido são as seguintes:

	Plano de Pensão e Suplementação de Aposentadoria	Plano de Saúde	Plano Odontológico	Seguro de Vida	Total
Passivo Líquido em 31 de dezembro de 2015	836.260	971.830	21.959	398.662	2.228.711
Despesa Reconhecida no Resultado	29.398	33.471	755	13.495	77.119
Contribuições Pagas	(22.448)	(16.077)	(403)	(4.071)	(42.999)
Passivo Líquido em 31 de março de 2016	843.210	989.224	22.311	408.086	2.262.831
Passivo Líquido em 31 de dezembro de 2016	1.064.122	1.258.299	27.435	587.630	2.937.486
Despesa Reconhecida no Resultado	27.401	34.790	760	15.986	78.937
Contribuições Pagas	(23.673)	(18.032)	(432)	(1.166)	(43.303)
Passivo Líquido em 31 de março de 2017	1.067.850	1.275.057	27.763	602.450	2.973.120
				31/03/2017	31/12/2016
Passivo Circulante				142.738	142.347
Passivo Não Circulante				2.830.382	2.795.139

Os valores registrados no passivo circulante referem-se às contribuições a serem efetuadas pela Cemig Distribuição, nos próximos 12 meses, para amortização das obrigações atuariais.

Os valores registrados na despesa reconhecida no resultado referem-se às parcelas dos custos com obrigação pós-emprego, no montante de R\$64.905 (R\$49.963 no primeiro trimestre de 2016), mais os encargos e variação monetária financeira da dívida pactuada com a Fundação, no montante de R\$14.032 (R\$27.156 no primeiro trimestre de 2016).

19. PROVISÕES

A Companhia é parte em processos judiciais e administrativos, perante vários tribunais e órgãos governamentais, oriundos do curso normal de suas operações, envolvendo questões trabalhistas, cíveis, tributárias, ambientais, regulatórias e outros assuntos.

Ações em que a Companhia figura no polo passivo

A Companhia constituiu provisões para as ações cuja expectativa de perda é considerada provável, baseada na sua avaliação e de seus assessores legais, para as quais será necessária uma saída de recursos financeiros para liquidar a obrigação, conforme segue:

	31/12/2016	Adições	Reversões	Liquidações	31/03/2017
Trabalhistas	266.119	57.961	(213)	(9.677)	314.190
Cíveis					
Relações de Consumo	13.307	3.481	(114)	(3.618)	13.056
Outras Ações Cíveis	36.842	3.896	-	(395)	40.343
	50.149	7.377	(114)	(4.013)	53.399
Tributárias	3.674	681	-	(308)	4.047
Regulatórias	21.435	504	-	(70)	21.869
Outras	6.137	4.203	-	(1.225)	9.115
Total	347.514	70.726	(327)	(15.293)	402.620

	31/12/2015	Adições	Reversões	Liquidações	31/03/2016
Trabalhistas	216.101	33.063	(1.187)	(6.957)	241.020
Cíveis					
Relações de Consumo	14.084	3.274	-	(2.202)	15.156
Outras Ações Cíveis	26.885	5.821	-	(1.046)	31.660
	40.969	9.095	-	(3.248)	46.816
Tributárias	3.313	11	(70)	(12)	3.242
Ambientais	60	-	(57)	-	3
Regulatórias	20.814	21.474	-	(1.522)	40.766
Outras	9.912	5.670	-	(4.627)	10.955
Total	291.169	69.313	(1.314)	(16.366)	342.802

A Administração da Companhia, tendo em vista os prazos e a dinâmica dos sistemas judiciário, tributário e regulatório, acredita não ser praticável fornecer informações úteis aos usuários destas Demonstrações Financeiras a respeito do momento de eventuais saídas de caixa, bem como de qualquer possibilidade de reembolsos. Adicionalmente, a Administração da Companhia acredita que eventuais desembolsos, em excesso aos montantes provisionados, após o desfecho dos respectivos processos, não afetarão, de forma relevante, o resultado das operações e a posição financeira da Companhia.

Os detalhes sobre as principais provisões e passivos contingentes são como segue, sendo esta a melhor expectativa dos desembolsos futuros para estas contingências:

Provisões constituídas para processos com expectativa de perda provável e passivos contingentes vinculados, relativos aos processos com expectativa de perda possível

Trabalhistas

A Companhia é parte em diversas ações movidas por seus empregados e por empregados de empresas prestadoras de serviços. Essas ações versam, de modo geral, sobre horas extras, adicionais, verbas rescisórias, benefícios diversos, ajustes salariais e reflexos em plano de aposentadoria complementar. E, ainda, pedidos relativos à terceirização de mão de obra. Além dessas ações, há outras ações relativas à terceirização de mão de obra, complementação e recálculo de pensões de aposentadorias pela Forluz e ajustes salariais.

O valor da contingência é de, aproximadamente, R\$1.247.856 (R\$1.327.216 em 31 de dezembro de 2016), dos quais R\$314.190 (R\$266.119 em 31 de dezembro de 2016) foram provisionados, sendo esta a estimativa provável de recursos para liquidar estas discussões.

Relações de Consumo

A Companhia é parte em diversas ações cíveis relativas às indenizações por danos morais e materiais decorrentes, principalmente, de irregularidades na medição do consumo e cobranças indevidas durante o curso normal dos negócios, no montante de R\$23.202 (R\$23.092 em 31 de dezembro de 2016), dos quais R\$13.056 (R\$13.307 em 31 de dezembro

de 2016) foram provisionados, sendo esta a estimativa provável de recursos para liquidar estas discussões.

Outras Ações Cíveis

A Companhia é parte em diversas ações cíveis onde são requeridas indenizações por danos morais e materiais, entre outros, decorrentes de incidentes ocorridos durante o curso normal dos negócios, no montante de R\$196.335 (R\$187.700 em 31 de dezembro de 2016), dos quais R\$40.343 (R\$36.842 em 31 de dezembro de 2016) foram provisionados, sendo esta a estimativa provável de recursos para liquidar estas discussões.

Tributárias

A Companhia é parte em diversos processos administrativos e judiciais relativos a tributos, onde são discutidos, dentre outros, assuntos relativos ao Imposto sobre a Propriedade Territorial Urbana (IPTU), ao Programa de Integração Social (PIS-PASEP) e à Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS). O valor da contingência é de, aproximadamente, R\$28.668 (R\$26.668 em 31 de dezembro de 2016), dos quais R\$4.047 (R\$3.674 em 31 de dezembro de 2016) foram provisionados, sendo esta a estimativa provável de recursos para liquidar estas discussões.

Regulatórias

A Companhia é ré em diversos processos administrativos e judiciais onde são questionadas, principalmente, a violação de metas de indicadores de continuidade na prestação do serviço de fornecimento de energia elétrica e a majoração tarifária ocorrida durante o plano de estabilização econômica do Governo Federal denominado “Plano Cruzado”, em 1986. O valor da contingência é de, aproximadamente, R\$205.983 (R\$156.550 em 31 de dezembro de 2016), dos quais R\$21.869 (R\$21.435 em 31 de dezembro de 2016) foram provisionados, sendo esta a estimativa provável de recursos para liquidar estas discussões.

Outros Processos no Curso Normal dos Negócios

Adicionalmente às questões descritas acima, a Companhia está envolvida, como impetrante ou ré, em outros litígios, de menor relevância, relacionados ao curso normal de suas operações, no montante estimado de R\$92.205 (R\$89.117 em 31 de dezembro de 2016), dos quais R\$9.115 (R\$6.137 em 31 de dezembro de 2016) foram provisionados, sendo esta a estimativa provável de recursos para liquidar estas discussões. A Administração acredita que possui defesa adequada para estes litígios e não são esperadas perdas relevantes, relacionadas a estas questões, que possam ter efeito adverso na posição financeira e no resultado das operações da Companhia.

Passivos contingentes, cuja expectativa de perda é considerada possível e a Companhia acredita ter argumentos de mérito para a defesa judicial.

Impostos e Demais Contribuições

A Companhia é parte em diversos processos administrativos e judiciais relativos a tributos. Os detalhes das principais discussões são como segue:

Indenização do Anuênio

A Companhia pagou uma indenização aos empregados, no exercício de 2006, no montante de R\$127.058, em troca do direito referente aos anuênios futuros que seriam incorporados aos salários. A Companhia não efetuou os recolhimentos de Imposto de Renda e Contribuição Previdenciária sobre este valor por considerar que essas obrigações não são incidentes sobre verbas indenizatórias. Entretanto, para evitar o risco de uma eventual multa no futuro, a Companhia impetrou mandados de segurança que permitiram o depósito judicial no valor de R\$185.422 (R\$182.739 em 31 de dezembro de 2016), registrado na conta de Depósitos Vinculados a Litígios, na rubrica “Trabalhistas”. O valor da contingência, atualizado, é de R\$212.270 (R\$207.876 em 31 de dezembro de 2016) e, com base nos argumentos acima, Administração classificou a probabilidade de perda como possível.

Contribuições Previdenciárias

A Receita Federal do Brasil instaurou processos administrativos contra a Companhia, relativamente às contribuições previdenciárias sobre diversas rubricas: participação nos lucros e resultados - PLR, programa de alimentação do trabalhador (PAT), auxílio-educação, auxílio alimentação, Adicional Aposentadoria Especial pagamentos de hora extra, exposição a risco no ambiente de trabalho, Sest/Senat e multa por descumprimento de obrigação acessória. A Companhia apresentou as defesas e aguarda julgamento. O valor da contingência é de, aproximadamente, R\$1.064.200 (R\$1.039.997 em 31 de dezembro de 2016). A Administração classificou a probabilidade de perda como possível tendo em vista, inclusive, a avaliação de perda na esfera judicial, fundamentada na avaliação dos pedidos e na jurisprudência relativa.

Não homologação da Compensação de Créditos Tributários

A Receita Federal do Brasil não homologou a declaração de compensação de créditos decorrentes de saldos negativos nas Declarações de Informações Econômico-Fiscais da Pessoa Jurídica – DIPJ, além de pagamentos a maior, identificados pelos DARF’s e/ou DCTF’s, envolvendo os seguintes tributos: IRPJ, CSLL, PIS e COFINS. A Companhia está contestando a não homologação das compensações. O valor da contingência é de R\$119.157 (R\$116.357 em 31 de dezembro de 2016) e a probabilidade de perda foi classificada inicialmente como possível pela Companhia, em razão do atendimento dos requisitos legais pertinentes, constantes no Código Tributário Nacional (CTN).

Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL)

A Receita Federal do Brasil lavrou autos de infração contra a Companhia nos exercícios de 2012 e 2013 em razão da não adição ou dedutibilidade indevida de valores da base de cálculo da CSLL, com destaque para as parcelas relativas a: i) tributos com exigibilidade suspensa; ii) doações e patrocínios (Lei nº 8.313/91); e iii) multas por infrações de naturezas diversas. O montante desta contingência é de R\$172.223 (R\$186.972 em 31 de dezembro de 2016). A Companhia classificou a probabilidade de perda como possível em conformidade à análise da jurisprudência relativa à questão.

Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS)

A Receita Estadual de Minas Gerais instaurou diversos processos administrativos contra a Cemig D, onde se discute suposta divergência na classificação, para fins fiscais, de determinados consumidores ocorrida no período de 2011 a 2015. O montante desta contingência é de R\$84.654 (R\$82.129 em 31 de dezembro de 2016). A Companhia classificou a probabilidade de perda como possível por acreditar ter argumentos de mérito para defesa na esfera judicial, bem como pela ausência de precedentes jurisprudenciais.

Questões Regulatórias

Contribuição para Iluminação Pública (CIP)

A Companhia é parte em diversos processos judiciais, cujo objeto é a declaração de nulidade da cláusula dos Contratos de Fornecimento de Energia Elétrica para iluminação pública, firmados entre a Companhia e os diversos municípios de sua área de concessão e a restituição da diferença dos valores cobrados nos últimos 20 anos, caso seja reconhecido em juízo que tal cobrança é indevida. As ações se fundamentam em suposto equívoco da Companhia na estimativa de tempo utilizada para o cálculo do consumo de energia elétrica para iluminação pública, custeado pela CIP.

A Companhia acredita ter argumentos de mérito para defesa judicial em tais demandas, tendo em vista que a cobrança atualmente feita é fundamentada na Resolução Normativa da ANEEL nº 456/2000, e, portanto, não constituiu provisão para esta ação, estimada, em R\$23.999 (R\$23.510 em 31 de dezembro de 2016).

Adicionalmente, a Companhia Energética de Minas Gerais (CEMIG) é parte em diversos processos judiciais com o mesmo objeto, no montante, aproximado, de R\$1.218.190 (R\$1.281.195 em 31 de dezembro de 2016), para os quais a Cemig classificou a probabilidade de perda como possível em decorrência da inaplicabilidade do Código de Defesa do Consumidor, por se tratar de regulamentação própria do setor elétrico, sendo que a Cemig atendeu ao disposto nas Resoluções 414 e 456 da ANEEL, que tratam do assunto. Em decorrência do processo de desmembramento das atividades da Cemig, caso a mesma venha a sofrer alguma perda relativa a este processo, a Cemig D poderá ser impactada.

Ativo Imobilizado em Serviço - AIS

Em agosto de 2014, a ANEEL lavrou auto de infração em razão da Companhia não ter atendido a todos os requisitos no que se refere à apropriação de custos nas obras e demais procedimentos adotados e seu atendimento à legislação em vigor. Trata-se de uma fiscalização em relação à aplicação do Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico. A ANEEL considerou, parcialmente, o recurso interposto pela Companhia e reduziu o valor da multa, sendo o montante desta contingência de R\$2.651 (R\$2.628 em 31 de dezembro de 2016). A Companhia classificou a probabilidade de perda como possível, por acreditar ter argumentos de mérito para defesa judicial em tais demandas, em virtude da regularidade e legalidade dos atos normativos expedidos pela ANEEL, os quais norteiam as ações da Companhia, bem como em razão da conformidade das Resoluções Normativas da ANEEL em relação ao ordenamento jurídico, além da existência de interesse público na transferência dos ativos de energia elétrica e, portanto, não constituiu provisão para esta ação.

Majoração tarifária

Exclusão de Consumidores Inscritos como Baixa Renda

O Ministério Público Federal impetrou Ação Civil Pública contra a Companhia e a ANEEL, objetivando evitar a exclusão de consumidores do enquadramento da Subclasse Tarifa Residencial de Baixa Renda, requerendo a condenação da Companhia ao pagamento em dobro da quantia paga em excesso pelos consumidores. O pedido foi julgado procedente, contudo, a Companhia e a ANEEL interpuseram recurso de apelação contra esta decisão e aguardam julgamento. O valor da contingência é de, aproximadamente, R\$259.989 (R\$253.731 em 31 de dezembro de 2016). A Companhia classificou a possibilidade de perda como possível em decorrência de decisões favoráveis sobre este tema.

Reajuste Tarifário Periódico – Neutralidade da Parcela A

A Associação Municipal de Proteção ao Consumidor e ao Meio Ambiente (AMPROCOM) impetrou ação civil pública contra a Companhia e a ANEEL, objetivando a identificação de todos os consumidores que teriam sido lesados nos processos de revisão periódica e reajuste anual de energia elétrica, no período de 2002 a 2009, e a restituição, através de crédito nas faturas de energia elétrica, dos valores que lhes foram indevidamente cobrados, em razão da não desconsideração do impacto de variações futuras de demanda de consumo de energia em componentes de custo não gerenciáveis (Parcela A) e a incorporação indevida desses ganhos nos custos gerenciáveis da distribuidora (Parcela B), provocando o desequilíbrio econômico-financeiro do contrato. Trata-se de uma ação com potencialidade para impactar todas as concessionárias de Distribuição, o que poderia ensejar um novo Acordo do Setor Elétrico. O valor, estimado, da contingência é de R\$325.978 (R\$316.675 em 31 de dezembro de 2016). A Companhia classificou a possibilidade de perda como possível, por acreditar ter argumentos de mérito para defesa judicial em tais demandas, em virtude da existência de previsão legal e contratual para a prática das tarifas discutidas, ocasionando a falta de sustentação jurídica do pleito e, portanto, não constituiu provisão para esta ação.

Outros Passivos Contingentes

Desequilíbrio contratual

A Companhia é parte em discussões quanto a alegados prejuízos sofridos decorrentes de supostos descumprimentos contratuais quando da implantação de parte do programa de eletrificação rural Luz Para Todos. O montante estimado é de R\$243.539 (R\$236.703 em 31 de dezembro de 2016) e nenhuma provisão foi constituída. A Companhia classificou a possibilidade de perda como possível em decorrência de da análise da argumentação e documentação utilizadas pelos contratados ao responsabilizá-la por eventuais prejuízos apresentados.

Adicionalmente, a Companhia é parte em outras discussões decorrentes de supostos descumprimentos de contratos relacionados ao curso normal de suas operações, no montante estimado de R\$73.749 (R\$71.396 em 31 de dezembro de 2016) e nenhuma provisão foi constituída, tendo em vista que a Companhia classificou a possibilidade de perda como possível.

Irregularidades em Procedimentos Licitatórios

A Companhia é parte em discussão quanto a supostas irregularidades em procedimentos licitatórios, regidos por edital de pregão eletrônico. O montante estimado é de R\$25.855 (R\$25.650 em 31 de dezembro de 2016) e nenhuma provisão foi constituída. A Companhia classificou a possibilidade de perda como possível em decorrência da análise de jurisprudência sobre este tema.

Alteração do índice de correção monetária dos processos trabalhistas

O Tribunal Superior do Trabalho (TST), considerando posição adotada pelo Supremo Tribunal Federal (STF) em duas ações diretas de inconstitucionalidade que tratavam do índice de correção monetária de precatórios federais, decidiu, em 04 de agosto de 2015, que os créditos trabalhistas deveriam ser atualizados com base na variação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo Especial (IPCA-E), em substituição à Taxa Referencial (TR), para as ações trabalhistas que discutissem dívidas posteriores a 30 de junho de 2009 nos processos em aberto. Em 16 de outubro de 2015, foi publicada liminar concedida pelo STF que suspendeu os efeitos da decisão do TST, por entender que é competência exclusiva do STF apreciar a existência de repercussão geral da matéria constitucional.

O valor estimado da diferença entre os índices de correção monetária dos processos trabalhistas é de R\$146.167 (R\$150.761 em 31 de dezembro de 2016), e nenhuma provisão adicional foi constituída, em decorrência da Companhia, com base na avaliação de seus assessores jurídicos, ter avaliado a probabilidade de perda como possível, em decorrência da decisão do STF e da inexistência de posicionamento jurisprudencial consolidado ou análise da doutrina acerca do tema, após a liminar concedida pelo Supremo Tribunal Federal.

20. PATRIMÔNIO LÍQUIDO E REMUNERAÇÃO AOS ACIONISTAS

Em 31 de março de 2017, o Capital Social da Companhia é de R\$2.361.998, representado por 2.359.113.452 ações ordinárias nominativas, subscritas e integralizadas, sem valor nominal, de propriedade integral da CEMIG.

Resultado por ação

O Resultado por ação foi calculado com base no número médio ponderado de ações ordinárias em circulação da Companhia em cada um dos períodos mencionados, conforme segue:

	31/03/2017	31/03/2016
Número médio ponderado de ações	2.359.113	2.359.113
Resultado do Período	48.908	(27.141)
Resultado Básico e Diluído por ação ordinária (em R\$)	0,0207	(0,0115)

A Companhia não possui instrumentos dilutivos, motivo pelo qual o Resultado Diluído é igual ao Resultado Básico.

Adiantamento para Futuro Aumento de Capital

Em 16 de dezembro de 2015, o Conselho de Administração deliberou autorizar a transferência, à Cemig Distribuição, do montante de até R\$410.000, na forma de Adiantamento para Futuro Aumento de Capital – AFAC, convertido em aumento de capital, por meio de deliberação em Assembleia Geral Extraordinária da Cemig D realizada em 12 de maio de 2017.

21. RECEITA

A composição da Receita da Companhia é conforme segue:

	31/03/2017	31/03/2016 Reapresentado
Fornecimento Bruto de Energia Elétrica e Receita de Uso da Rede – Consumidores Cativos (a)	4.178.573	4.330.935
Receita de Uso da Rede – Consumidores Livres (b)	467.604	417.175
Constituição (Realização) de CVA e Outros Componentes Financeiros (c)	(302.602)	(132.204)
Receita de Construção de Infraestrutura de Distribuição (d)	181.358	218.594
Ajuste de expectativa do fluxo de caixa do ativo financeiro indenizável da concessão (e)	1.227	1.846
Outras Receitas Operacionais (f)	275.730	296.630
Impostos e Encargos Incidentes sobre as Receitas (g)	(2.033.902)	(2.441.530)
	2.767.988	2.691.446

a) Fornecimento Bruto de Energia Elétrica e Receita de Uso da Rede – Consumidores Cativos

A composição do Fornecimento de Energia Elétrica, por classe de consumidores, é a seguinte:

	MWh (*)		R\$	
	31/03/2017	31/03/2016	31/03/2017	31/03/2016
Residencial	2.537.050	2.490.519	1.991.414	2.023.634
Industrial	644.033	831.301	374.898	490.599
Comércio, Serviços e Outros	1.409.602	1.515.276	1.014.863	1.120.223
Rural	798.476	723.827	368.318	322.553
Poder Público	210.613	215.402	131.139	134.446
Iluminação Pública	334.480	329.062	129.852	137.865
Serviço Público	314.937	292.885	144.260	136.947
Subtotal	6.249.191	6.398.272	4.154.744	4.366.267
Consumo Próprio	9.262	9.452	-	-
Fornecimento não Faturado Líquido	-	-	23.829	(35.332)
Total	6.258.453	6.407.724	4.178.573	4.330.935

(*) Valores em MWh informados não revisados pelos auditores independentes.

b) Receita de Uso da Rede – Consumidores Livres

Parcela representativa dos Grandes Consumidores Industriais na área de concessão da Companhia estão na condição de “livres”, com a venda de energia para estes consumidores realizada, principalmente, por meio da Cemig Geração e Transmissão. Dessa forma, os encargos referentes ao uso da rede de distribuição (“TUSD”) desses consumidores livres, são cobrados, separadamente, pela Companhia, com o registro na rubrica de “Receita de Uso da Rede”.

c) Conta de Compensação de Variação de Custos da Parcela A (CVA) e de Outros Componentes Financeiros

O resultado decorrente das variações da Conta de Compensação de Variação de Custos da Parcela A (CVA) e de Outros Componentes Financeiros refere-se às variações positivas ou negativas entre a estimativa de custos não gerenciáveis da Companhia e os pagamentos efetivamente ocorridos. Os montantes reconhecidos decorrem das constituições e realizações no período corrente homologadas ou a serem homologadas nos processos de reajuste tarifário.

d) Receita de Construção de Infraestrutura de Distribuição

A Receita de Construção é integralmente compensada pelos Custos de Construção, no mesmo valor, e corresponde aos investimentos da Companhia no período em ativos da concessão. Mais detalhes nas notas nº 13 e 22 das Informações Contábeis Intermediárias.

e) Ajuste de expectativa do fluxo de caixa do ativo financeiro indenizável da concessão

Receita de ajuste de expectativa do fluxo de caixa do ativo financeiro indenizável da concessão decorrente da variação do valor justo da Base de Remuneração de Ativos.

f) Outras Receitas Operacionais

	31/03/2017	31/03/2016
Serviço Taxado	2.056	1.425
Outras Prestações de Serviços	1.808	2.670
Subvenções (*)	242.682	265.503
Aluguel e Arrendamento	28.827	25.432
Outras	357	1.600
	275.730	296.630

(*) Receita reconhecida em decorrência dos subsídios incidentes nas tarifas aplicáveis aos usuários do serviço público de distribuição de energia elétrica, incluindo subsídios de baixa renda, que são reembolsados pela ELETROBRAS.

g) Impostos e Encargos Incidentes sobre a Receita

	31/03/2017	31/03/2016
Impostos sobre a Receita		
ICMS	1.130.924	1.137.743
PIS-PASEP	76.368	81.197
COFINS	351.755	374.012
ISSQN	88	122
	1.559.135	1.593.074
Encargos do Consumidor		
Programa de Eficiência Energética-PEE	12.787	10.303
Conta de Desenvolvimento Energético-CDE	415.873	550.745
Pesquisa e Desenvolvimento-P&D	5.115	4.121
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico-FNDCT	5.115	4.121
Pesquisa Expansão Sistema Energético-EPE	2.557	2.060
Encargos Consumidor Bandeiras Tarifárias	29.258	273.265
Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica	4.062	3.841
	474.767	848.456
	2.033.902	2.441.530

22. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS

	31/03/2017	31/03/2016
Pessoal (a)	254.179	288.395
Participação de Empregados e Administradores no Resultado	13.516	-
Obrigações Pós-Emprego (nota 18)	64.905	49.963
Materiais	8.108	8.215
Serviços de Terceiros (b)	172.693	166.977
Energia Elétrica Comprada para Revenda (c)	1.378.708	1.276.015
Amortização	129.767	121.845
Provisões Operacionais (d)	136.594	144.560
Encargos de Uso da Rede Básica de Transmissão	162.447	213.345
Custo de Construção de Infraestrutura de Distribuição (e)	181.358	218.594
Outras Despesas Líquidas (f)	68.750	87.809
	2.571.025	2.575.718

a) Despesas com Pessoal

Programa de Desligamento Voluntário Programado (PDVP 2017)

Em março de 2017, a Companhia aprovou o Programa de Desligamento Voluntário Programado (PDVP 2017), sendo elegíveis para requerer a adesão os empregados que tiverem tempo de serviço na Cemig igual ou superior a 25 anos até 31 de dezembro de 2017. O PDVP 2017 terá o seu período de adesão entre 03 de abril de 2017 e 29 de setembro de 2017 e prevê o pagamento de um prêmio adicional de 5 remunerações para os empregados que fizerem a adesão em abril de 2017, cujo desligamento ocorrerá em maio de 2017, sendo o prêmio reduzido de forma progressiva de acordo com o mês de adesão. Portanto, para o empregado que fizer a adesão em agosto de 2017, cujo desligamento ocorrerá em setembro de 2017, terá direito a um prêmio correspondente a uma remuneração. Não existirá prêmio para os empregados que se desligarem a partir de 1º de setembro de 2017. Também ocorrerá o pagamento das verbas rescisórias previstas em lei, incluindo aviso prévio, depósito da multa correspondente a 40% do valor base do FGTS para fins rescisórios e demais encargos previstos na legislação.

b) Serviço de Terceiros

	31/03/2017	31/03/2016
Leitura de Medidores e Entrega de Contas	33.365	35.804
Manutenção e Conservação de Instalações e Equipamentos Elétricos	57.564	60.411
Comunicação	15.934	16.057
Conservação e Limpeza de Prédios	17.063	15.099
Conservação e Limpeza de Faixa, Estradas e Aceiros	931	1.465
Corte e Religação	4.279	1.180
Podas de Árvores	3.657	1.978
Serviços Advocatícios e Custas Processuais	2.401	4.114
Manutenção e Conservação de Móveis e Utensílios	11.634	10.415
Mão de Obra Contratada	1.052	1.136
Hospedagem e Alimentação	2.249	1.629
Vigilância	2.169	2.581
Impressão de Fatura de Energia Elétrica	692	936
Manutenção e Conservação de Veículos	4.054	1.167
Reprografia e Publicações Legais	3.409	2.404
Consultoria	1.068	1.829
Outros	11.172	8.772
	172.693	166.977

c) Energia Elétrica Comprada para Revenda

	31/03/2017	31/03/2016
Energia de Itaipu Binacional	294.046	316.575
Contratos por Cotas de Garantia Física	122.113	130.579
Cotas das Usinas de Angra I e II	60.944	54.227
Energia de Curto Prazo	142.503	86.245
Contratos Bilaterais	69.988	68.810
Energia adquirida em Leilão	749.786	665.444
PROINFA	75.322	81.365
Geração Distribuída	1.925	12
Créditos de PASEP/COFINS	(137.919)	(127.242)
	1.378.708	1.276.015

d) Provisões (Reversões) Operacionais

	31/03/2017	31/03/2016
Perdas em Créditos de Liquidação Duvidosa	66.195	76.561
Provisão (Reversão) para Contingências		
Trabalhistas	57.748	31.876
Cíveis	7.263	9.095
Tributárias	681	(59)
Ambientais	-	(57)
Regulatórias	504	21.474
Outras	4.203	5.670
	70.399	67.999
	136.594	144.560

e) Custo de Construção de Infraestrutura de Distribuição

	31/03/2017	31/03/2016
Pessoal	9.726	14.457
Materiais	78.674	94.761
Serviços de Terceiros	69.396	69.354
Encargos Financeiros	21.445	39.439
Aquisição de Imóveis e Instalações	1.523	-
Arrendamentos e Aluguéis	296	136
Impostos e Taxas	39	162
Outros	259	285
	181.358	218.594

f) Outras Despesas Operacionais Líquidas

	31/03/2017	31/03/2016
Arrendamentos e Aluguéis	15.541	16.926
Propaganda e Publicidade	596	1.094
Consumo Próprio de Energia Elétrica	5.510	5.801
Subvenções e Doações	2.283	2.401
Anuidade CCEE	1.033	967
Seguros	549	540
Forluz – Custeio Administrativo	4.711	4.371
Prejuízo Líquido na Desativação e Alienação de Bens	939	11.886
Agentes Arrecadadores	17.452	17.875
Outras	20.136	25.948
	68.750	87.809

Arrendamento Mercantil Operacional

A Companhia possui contratos de Arrendamento Mercantil Operacional relacionados, basicamente, a veículos e edificações prediais utilizadas em suas atividades operacionais, que não são relevantes em relação aos custos totais da Companhia.

23. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS

	31/03/2017	31/03/2016 Reapresentado
RECEITAS FINANCEIRAS		
Renda de Aplicação Financeira	17.588	24.051
Acréscimos Moratórios de Contas de Energia	70.047	70.013
Variações Cambiais	10.633	14.208
Variações Monetárias	5.156	849
Variação Monetária Depósitos Judiciais	3.194	10.632
Variação Monetária – CVA	-	19.732
PASEP e COFINS sobre Receitas Financeiras	(7.525)	(7.281)
Outras	3.406	9.868
	102.499	142.072
DESPESAS FINANCEIRAS		
Encargos de Empréstimos e Financiamentos	(152.705)	(151.272)
Encargos de Variação Monetária – FORLUZ	(14.032)	(27.156)
Variações Cambiais	(2.352)	(17.126)
Variação Monetária – Empréstimos e Financiamentos	(28.069)	(80.040)
Variação Monetária – CVA	(6.169)	-
Variação Monetária de P&D e PEE	(6.670)	(5.767)
Outras Variações Monetárias	(597)	(1.280)
Outras	(5.369)	(1.034)
	(215.963)	(283.675)
RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO	(113.464)	(141.603)

24. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Os principais saldos e transações com partes relacionadas da Companhia são como segue:

EMPRESAS	ATIVO		PASSIVO		RECEITA		DESPESA	
	31/03/2017	31/12/2016	31/03/2017	31/12/2016	31/03/2017	31/03/2016	31/03/2017	31/03/2016
Controlador								
CEMIG								
Circulante								
Convênio de Cooperação (1)	-	-	-	8.851	-	-	-	(3.133)
Outras partes relacionadas								
Cemig Geração e Transmissão								
Circulante								
Convênio de Cooperação (1)	-	-	-	621	-	-	-	-
Operações com Energia Elétrica (2)	3.685	3.714	20.951	17.505	10.662	9.195	(49.070)	(27.844)
Não Circulante								
Convênio de Cooperação (1)	-	-	-	-	-	-	-	-
Aliança Geração								
Circulante								
Operações com Energia Elétrica (2)	-	-	8.568	7.037	-	-	(18.702)	(17.500)
Madeira Energia								
Circulante								
Operações com Energia Elétrica (2)	-	-	20.054	17.636	-	-	(42.836)	(46.077)
Norte Energia								
Circulante								
Operações com Energia Elétrica (2)	-	-	2.620	3.755	-	-	(27.208)	-
Baguari Energia								
Circulante								
Operações com Energia Elétrica (2)	-	-	184	710	-	-	(1.630)	(1.575)
Governo do Estado de Minas Gerais								
Circulante								
Consumidores e Revendedores (3)	83.022	71.340	-	-	36.360	37.073	-	-
TAESA								
Circulante								
Operações com Energia Elétrica (2)	-	-	5.911	5.111	-	-	(17.107)	(13.885)
Empresa Amazonense de Transmissão de Energia (EATE)								
Circulante								
Operações com Energia Elétrica (2)	-	-	1.794	1.460	-	-	3.710	3.300
Cemig Telecomunicações								
Circulante								
Operações com Energia Elétrica (2)	301	253	-	-	818	954	-	-
Prestação de Serviço (4)	-	-	311	3.399	-	-	(1.563)	(1.962)
Axxiom								
Circulante								
Prestação de serviço (5)	-	-	889	-	-	-	-	(12.364)
FIC Pampulha								
Circulante								
Caixa e Equivalentes	186.345	197.825	-	-	-	-	-	-
Títulos e Valores Mobiliários	249.870	265.543	-	-	8.416	18.422	-	-
Não Circulante								
Títulos e Valores Mobiliários	14.523	14.679	-	-	-	-	-	-
FORLUZ								
Circulante								
Obrigações Pós-emprego (6)	-	-	63.977	62.420	-	-	(27.401)	(29.398)
Custeio Administrativo (7)	-	-	-	-	-	-	(4.711)	(4.371)
Arrendamento Operacional (8)	-	-	5.948	5.948	-	-	(7.724)	(3.581)
Não Circulante								
Obrigações Pós-Emprego (6)	-	-	1.003.873	1.001.702	-	-	-	-
Cemig Saúde								
Circulante								
Plano de Saúde e odontológico (9)	-	-	74.201	72.463	-	-	(35.550)	(34.226)
Não Circulante								
Plano de Saúde e odontológico (9)	-	-	1.228.619	1.213.271	-	-	-	-

As principais condições relacionadas aos negócios entre partes relacionadas estão demonstrados abaixo:

- (1) Convênio de Cooperação Técnica entre Cemig, Cemig Distribuição e Cemig Geração e Transmissão instituído pelo Despacho ANEEL 3.208/2016. Inclui, principalmente, reembolso de despesas referentes ao compartilhamento de infraestrutura, pessoal, transporte, telecomunicação e informática;
- (2) As operações de venda e compra de energia elétrica, entre geradores e distribuidores, foram realizadas através de leilões organizados pelo Governo Federal e as operações de transporte de energia elétrica, realizadas pelas transmissoras, decorrem da operação centralizada do Sistema Interligado Nacional realizada pelo Operador Nacional do Sistema (ONS).
- (3) Refere-se à venda de energia ao Governo do Estado de Minas Gerais considerando que o preço da energia é aquele definido pela ANEEL através de resolução referente ao reajuste tarifário anual da companhia;
- (4) Refere-se a contrato de prestação de serviço de telecomunicação através da oferta de capacidade de rede celebrado entre a Cemig Telecomunicações e a Cemig Distribuição e Cemig Geração e Transmissão, instituído pelo Despacho 2.735/2016.
- (5) Refere-se a obrigações e despesas com desenvolvimento de software de gestão;
- (6) Os contratos da Forluz são reajustados pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE e serão amortizados até o exercício de 2024 (vide Nota Explicativa nº 18);
- (7) Recursos para o custeio administrativo anual do Fundo de Pensão em conformidade a legislação específica do setor. Os valores são estimados em um percentual da folha de pagamento da Companhia;
- (8) Aluguel do edifício sede;
- (9) Contribuição pela patrocinadora ao plano de saúde e odontológico dos empregados (vide Nota Explicativa nº 18).

Vide mais informações referentes às principais transações realizadas nas Notas Explicativas nº 6, 14 e 21 destas Informações Contábeis Intermediárias.

Aplicações em fundo de investimento FIC Pampulha

A Cemig Distribuição aplica parte de seus recursos financeiros em um fundo de investimento, que tem característica de renda fixa e segue a política de aplicações da Companhia. Os montantes aplicados pelo fundo demonstrados na tabela abaixo estão apresentados na rubrica “Títulos e Valores Mobiliários” no ativo circulante e não circulante em 31 de março de 2017.

Os recursos destinados ao fundo de investimento são alocados somente em emissões públicas e privadas de títulos de renda fixa, sujeitos apenas a risco de crédito, com prazos de liquidez diversificados, aderentes às necessidades dos fluxos de caixa dos cotistas.

As aplicações financeiras em títulos de partes relacionadas, no fundo de investimento, estão descritas abaixo:

Emissor do Título	Tipo	Condições Contratuais Anuais	Vencimento	31/03/2017	31/12/2016
				Cemig Distribuição 23,83%	Cemig Distribuição 24,94%
AXXIOM	Debêntures	109,00% do CDI	29/01/2017	-	1.427
CEMIG GT	Debêntures	CDI + 0,90%	15/02/2017	-	2.722
CEMIG GT	Debêntures	CDI + 1,60%	15/07/2018	12.973	13.034
ETAU	Debêntures	108,00% do CDI	01/12/2019	2.492	2.522
CEMIG GT	Debêntures	CDI + 3,93%	10/12/2018	2.455	2.470
CEMIG GT	Debêntures	CDI + 4,25%	10/12/2018	2.311	2.323
				20.231	24.498

Remuneração do pessoal chave da Administração

Os custos totais com o pessoal chave da administração, no período de janeiro a março de 2017 e 2016, são demonstrados na tabela abaixo:

	31/03/2017	31/03/2016
Remuneração	1.961	1.036
Participação nos Resultados	20	-
Benefícios Assistenciais	165	107
Total	2.146	1.143

25. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCOS

Os Instrumentos Financeiros da Companhia são os saldos do Caixa e Equivalentes de Caixa, Títulos e Valores Mobiliários, Consumidores e Revendedores, Fundos Vinculados, Ativos Financeiros da Concessão Relacionados à Infraestrutura, Subvenção de Baixa Renda, Repasses de Recursos da Conta de Desenvolvimento Econômico (CDE), Conta de Compensação de Variação de Custos da Parcela A (CVA) e de Outros Componentes Financeiros, Empréstimos e Financiamentos, Obrigações com Debêntures e Dívida pactuada com o Fundo de Pensão (FORLUZ), sendo os ganhos e perdas obtidos nas operações integralmente registrados de acordo com o regime de competência.

Os instrumentos financeiros da Companhia foram reconhecidos e encontram-se classificados conforme abaixo:

- Empréstimos e Recebíveis: encontram-se nesta categoria os Equivalentes de Caixa, Créditos com Consumidores, Revendedores e Concessionários de Transporte de Energia, Depósitos Vinculados a Litígios, Fundos Vinculados, Ativos financeiros relacionados à Conta de Compensação de Variação de Custos da Parcela A (CVA) e de Outros Componentes Financeiros, Subvenção de Baixa Renda, Reembolso Subsídios Tarifários e Outros Créditos com a Eletrobrás. São reconhecidos pelo seu valor nominal de realização e similares aos valores justos;
- Instrumentos Financeiros ao valor justo por meio do resultado: encontram-se nesta categoria, Títulos e Valores Mobiliários mantidos para negociação. São mensurados ao valor justo e os ganhos ou as perdas são reconhecidos diretamente no resultado;
- Instrumentos Financeiros mantidos até o vencimento: encontram-se nesta categoria os Títulos e Valores Mobiliários, no montante de R\$16.278 em 31 de março de 2017 (R\$16.632 em 31 de dezembro de 2016), incluído na nota explicativa nº 5. Há a intenção positiva de mantê-los até o vencimento. São mensurados pelo custo amortizado mediante a utilização do método da taxa de juros efetiva. O valor justo, no montante de R\$16.299 em 31 de março de 2017 (R\$16.628 em 31 de dezembro de 2016), foi mensurado considerando informações do Nível 2;

- Instrumentos Financeiros disponíveis para venda: encontram-se nesta categoria os Ativos Financeiros da Concessão Relacionados à Infraestrutura. São mensurados pelo valor novo de reposição (VNR), equivalentes ao valor justo na data destas Informações Contábeis Intermediárias;
- Outros passivos financeiros - passivos financeiros não derivativos: encontram-se nesta categoria os Empréstimos e Financiamentos, Obrigações com Debêntures, Passivos financeiros relacionados à Conta de Compensação de Variação de Custos da Parcela A (CVA) e de Outros Componentes Financeiros, Dívida pactuada com Fundo de Pensão (FORLUZ) e Fornecedores. São mensurados pelo custo amortizado mediante a utilização do método da taxa de juros efetiva. A Companhia efetuou o cálculo do valor justo de seus Empréstimos, Financiamentos e Debêntures utilizando a taxa de 140% da variação do CDI, com base nas últimas captações. Para aqueles Empréstimos, Financiamentos e Debêntures e para a Dívida pactuada com a Forluz, com taxas anuais entre IPCA + 6,00% a 8,07% e CDI + 2,00% a 4,05%, a Companhia considerou seu valor justo substancialmente igual ao contábil. Para os financiamentos da ELETROBRAS, o valor justo é conceitualmente similar ao saldo contábil, devido às características específicas das operações.

Os saldos contábeis são similares aos valores justos dos instrumentos financeiros, exceto quanto aos empréstimos, cujo saldo contábil é de R\$6.163.429 (R\$6.198.251 em 31 de dezembro de 2016) e o valor justo é de R\$6.066.848 (R\$6.089.851 em 31 de dezembro de 2016), sendo a mensuração de Nível 2 utilizando como referência passivos similares

a) Gestão de riscos

O gerenciamento de riscos corporativos é uma ferramenta de gestão integrante das práticas de Governança Corporativa e alinhada com o processo de planejamento, o qual define os objetivos estratégicos dos negócios da Companhia.

A Companhia possui um Comitê de Gerenciamento de Riscos Financeiros com o objetivo de implementar diretrizes e monitorar o risco financeiro de operações que possam comprometer a liquidez e a rentabilidade da Companhia, recomendando quando necessário, estratégias de proteção (*hedge*) aos riscos de câmbio, juros e inflação, os quais estão efetivos em linha com a estratégia da Companhia.

Os principais riscos de exposição da Companhia estão relacionados a seguir:

Risco de Taxas de Câmbio

A Cemig Distribuição está exposta ao risco de elevação das taxas de câmbio, com impacto em Empréstimos e Financiamentos e Fornecedores e no fluxo de caixa.

A exposição líquida às taxas de câmbio é como segue:

Exposição às Taxas de Câmbio	31/03/2017		31/12/2016	
	Moeda Estrangeira	R\$	Moeda Estrangeira	R\$
Dólar Norte-Americano				
Empréstimos e Financiamentos (nota 16)	8.161	25.854	7.072	23.049
Fornecedores (Itaipu Binacional)	63.344	196.031	62.320	206.827
Passivo Líquido Exposto	71.505	221.885	69.392	229.876

Análise de Sensibilidade

A Companhia estima, com base em nossos consultores financeiros, que, em um cenário provável, a variação cambial do dólar em relação ao Real em 31 de março de 2018 será uma valorização de 7,51% (R\$3,406). A Companhia fez uma análise de sensibilidade dos efeitos em seu resultado advindos de depreciação cambial do Real de 25% e 50%, respectivamente.

Risco - Exposições Cambiais	Cenário Base 31/03/2017	Cenário Dólar R\$3,406	Cenário Dólar R\$4,258	Cenário Dólar R\$5,109
Dólar Norte-Americano				
Empréstimos e Financiamentos (nota 16)	25.854	27.796	34.749	41.694
Fornecedores (Itaipu Binacional)	196.031	210.758	263.478	316.137
Passivo Líquido Exposto	221.885	238.554	298.227	357.831
Efeito Líquido da Variação Cambial		16.669	76.342	135.946

Risco de Taxa de Juros

A Companhia está exposta ao risco de elevação das taxas de juros nacionais, em 31 de março de 2017. Esta exposição ocorre em função do passivo líquido indexado à variação das taxas de juros, conforme demonstrado a seguir:

Exposição da Cemig Distribuição às Taxas de Juros Nacionais	31/03/2017	31/12/2016
Ativos		
Equivalentes de Caixa – Aplicações Financeiras (nota 4)	382.568	343.627
Títulos e Valores Mobiliários (nota 5)	325.547	342.358
CVA e Outros Componentes Financeiros (nota 12)	268.602	397.725
Outros Créditos com a Eletrobrás	61.998	90.065
	1.038.715	1.173.775
Passivos		
Empréstimos e Financiamentos - CDI (nota 16)	(3.497.859)	(3.475.681)
CVA e Outros Componentes Financeiros (nota 12)	(987.344)	(804.975)
	(4.485.203)	(4.280.656)
Passivo Líquido Exposto	(3.446.488)	(3.106.881)

Análise de Sensibilidade

No que se refere ao risco de taxas de juros mais relevante, a Companhia estima que, em um cenário provável em 31 de março de 2018, a taxa SELIC será de 9,00%. A Companhia fez uma análise de sensibilidade dos efeitos nos resultados advindos de uma alta na taxa de 25% e 50%, respectivamente. A taxa CDI acompanha a taxa SELIC.

A estimativa de Cenários de evolução da taxa de juros deverá considerar a projeção dos cenários da Companhia, com base nos seus consultores financeiros, conforme descrito na Política de *Hedge*.

Risco - Alta nas Taxas de Juros Nacionais	31/03/2017	31 de março de 2018		
	Valor Contábil	Cenário SELIC 9,00%	Cenário SELIC 11,25%	Cenário SELIC 13,50%
Ativos				
Equivalentes de Caixa – Aplicações Financeiras (nota 4)	382.568	416.999	425.607	434.215
Títulos e Valores Mobiliários (nota 5)	325.547	354.846	362.171	369.496
CVA e Outros Componentes Financeiros - SELIC	268.602	292.776	298.820	304.863
Outros Créditos com a Eletrobrás	61.998	67.578	68.973	70.368
	<u>1.038.715</u>	<u>1.132.199</u>	<u>1.155.571</u>	<u>1.178.942</u>
Passivos				
Empréstimos e Financiamentos – CDI (nota 16)	(3.497.859)	(3.812.666)	(3.891.368)	(3.970.070)
CVA e Outros Componentes Financeiros - SELIC	(987.344)	(1.076.205)	(1.098.420)	(1.120.635)
	<u>(4.485.203)</u>	<u>(4.888.871)</u>	<u>(4.989.788)</u>	<u>(5.090.705)</u>
Passivo Líquido Exposto	(3.446.488)	(3.756.672)	(3.834.217)	(3.911.763)
Efeito Líquido da Variação das Taxas de Juros		(310.184)	(387.729)	(465.275)

Risco de Elevação da Inflação

A Companhia está exposta ao risco de elevação das taxas de inflação, em 31 de março de 2017, conforme demonstrado a seguir:

Exposição da Companhia à Elevação da Inflação	31/03/2017	31/12/2016
Ativos		
Ativos Financeiros da Concessão Relacionados à Infraestrutura – IPCA (nota 12) (*)	129.285	128.071
Passivos		
Empréstimos e Financiamentos e Debêntures – IPCA (nota 16)	(2.573.266)	(2.625.162)
Dívida pactuada c/fundo de Pensão (FORLUZ) - IPCA	(560.542)	(570.184)
	<u>(3.133.808)</u>	<u>(3.195.346)</u>
Passivo Líquido Exposto	(3.004.523)	(3.067.275)

(*) Valor do Ativo Financeiro da Concessão homologado pela ANEEL.

Análise de sensibilidade

No que se refere ao risco de elevação da inflação mais relevante, a Companhia estima que, em um cenário provável em 31 de março de 2018, o IPCA será de 4,95%. A Companhia fez uma análise de sensibilidade dos efeitos nos resultados advindos de uma elevação na inflação de 25% e 50%, respectivamente.

Risco - Elevação da inflação	31/03/2017	31 de março de 2018		
	Valor Contábil	Cenário IPCA 4,95%	Cenário IPCA 6,19%	Cenário IPCA 7,43%
Ativos				
Ativos Financeiros da Concessão Relacionados à Infraestrutura – IPCA (nota 12)	129.285	135.685	137.288	138.891
Passivos				
Empréstimos Financiamentos e Debêntures – IPCA (nota 16)	(2.573.266)	(2.700.643)	(2.732.551)	(2.764.460)
Dívida pactuada c/fundo de Pensão (FORLUZ) - IPCA	(560.542)	(588.289)	(595.240)	(602.190)
	(3.133.808)	(3.288.932)	(3.327.791)	(3.366.650)
Passivo Líquido Exposto	(3.004.523)	(3.153.247)	(3.190.503)	(3.227.759)
Efeito Líquido da Variação do IPCA		(148.724)	(185.980)	(223.236)

Risco de Liquidez

A Companhia faz a administração do risco de liquidez, com um conjunto de metodologias, procedimentos e instrumentos coerentes com a complexidade do negócio e aplicados no controle permanente dos processos financeiros, a fim de se garantir o adequado gerenciamento dos riscos.

A Cemig Distribuição administra o risco de liquidez acompanhando permanentemente e de forma conservadora o seu fluxo de caixa, numa visão orçamentária, que projeta os saldos mensalmente, em um período de 12 meses, e de liquidez diária, que projeta os saldos diariamente para 180 dias.

As alocações de curto prazo obedecem, igualmente, a princípios estabelecidos na Política de Aplicações, alocando até 100% de seus recursos em fundos de investimento de crédito privado, sem riscos de mercado, ou aplicando diretamente em CDBs ou operações compromissadas remuneradas pela taxa CDI, dependendo da necessidade de caixa da empresa.

Na gestão das aplicações, a empresa busca obter rentabilidade nas operações a partir de uma rígida análise de crédito bancário, observando limites operacionais com bancos baseados em avaliações que levam em conta ratings, exposições e patrimônio. Busca também retorno trabalhando no alongamento de prazos das aplicações, sempre com base na premissa principal, que é o controle da liquidez.

A energia vendida pela Companhia é majoritariamente produzida por usinas hidrelétricas. Um período prolongado de escassez de chuva pode resultar na redução do volume de água dos reservatórios das usinas, podendo acarretar em aumento de custos na aquisição de energia ou redução de receitas com a implementação de programas abrangentes de conservação de energia elétrica. O prolongamento da geração de energia por meio de termelétricas pode pressionar o aumento dos custos para as distribuidoras de energia, o que ocasiona uma maior necessidade de caixa e pode impactar em aumentos tarifários futuros.

Em 31 de março de 2017, o Passivo Circulante da Companhia excedeu o Ativo Circulante em R\$608.356. A Administração da Companhia monitora seu fluxo de caixa e, nesse sentido, avalia medidas visando à adequação de sua atual situação patrimonial aos patamares considerados adequados para fazer face às suas necessidades. Em 31 de março de 2017, os empréstimos e financiamentos e debêntures, de curto e longo prazo, da Cemig D totalizaram R\$1.935.340 e R\$4.228.089, respectivamente. A Companhia apresentou fluxo de caixa operacional positivo de R\$164.766 em 31 de março de 2017.

A Cemig estima que os saldos de caixa corrente, o fluxo de caixa das atividades operacionais e o refinanciamento de parcela de sua dívida sejam suficientes para atender o capital de giro, os investimentos, o serviço da dívida, e outras necessidades de caixa nos próximos 12 meses.

O fluxo de pagamentos das obrigações da Companhia, com Empréstimos, Financiamentos e Debêntures, pós e pré-fixadas, já incluindo os juros a serem incorridos futuramente, pode ser observado na tabela abaixo:

	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Instrumentos Financeiros à Taxa de Juros:						
- Pós-fixadas						
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	65.301	159.906	2.192.033	4.508.508	367.632	7.293.380
Dívida pactuada com Fundo de Pensão (FORLUZ)	7.938	15.932	72.917	433.441	215.658	745.886
	73.239	175.838	2.264.950	4.941.949	583.290	8.039.266
Pré-fixadas						
Fornecedores	894.226	121.209	-	-	-	1.015.435
	967.465	297.047	2.264.950	4.941.949	583.290	9.054.701

Risco de Crédito

No que se refere ao risco decorrente da possibilidade de a Companhia incorrer em perdas, advindas da decretação de insolvência de instituição financeira em que mantenha depósitos, foi aprovada uma Política de Aplicação Financeira que vigora desde 2004 e é revisada anualmente.

A Cemig Distribuição administra o risco de contraparte de instituições financeiras com base em uma política interna aprovada pelo Comitê de Gerenciamento de Riscos Financeiros da Companhia. Esta Política avalia e dimensiona, além dos riscos de crédito das instituições, o risco de liquidez, o risco de mercado da carteira de investimentos e o risco operacional da Tesouraria.

Todas as aplicações são realizadas em títulos financeiros que têm características de renda fixa, em sua maioria atrelados ao CDI. A Companhia não realiza operações que incorporem risco de volatilidade em suas Demonstrações Financeiras.

Como instrumento de gestão, a Cemig Distribuição divide a aplicação de seus recursos em compras diretas de papéis (carteira própria) e fundos de investimentos. Os fundos de investimentos aplicam os recursos exclusivamente em produtos de renda fixa, tendo como cotistas apenas empresas do grupo. Eles obedecem à mesma política adotada nas aplicações em carteira própria.

As premissas mínimas para a concessão de crédito às instituições financeiras se concentram em três itens:

1. *Rating* de três agências de riscos,
2. Patrimônio Líquido mínimo superior a R\$400 milhões
3. Índice de Basileia um ponto percentual superior ao mínimo definido pelo Banco Central do Brasil.

Superando estes limites de corte, os bancos são classificados em três grupos, conforme o valor do seu Patrimônio. A partir desta classificação, são estabelecidos limites de concentração por grupo e por instituição:

Grupo	Patrimônio Líquido	Concentração	Limite por Banco (% do PL) *
A1	Superior a R\$3,5 bilhões	Mínima de 50%	Entre 6,0% e 9,0%
A2	Entre R\$1,0 bilhão e R\$3,5 bilhões	Máxima de 20%	Entre 5,0% e 8,0%
A3	Entre R\$400 milhões e R\$1,0 bilhão	Máxima de 20%	Entre 5,0% e 7,0%

* O percentual concedido a cada banco dependerá de uma avaliação individual de indicadores como liquidez, qualidade da carteira de crédito, entre outros.

Além destes pontos, a Cemig estabelece, também, dois limites de concentração:

1. Nenhum banco poderá ter mais do que 30% da carteira do Grupo
2. Nenhum banco poderá ter mais do que 50% da carteira de uma Empresa.

b) Administração de Capital

O Passivo Líquido da Companhia em relação ao seu Patrimônio Líquido ao final do período é apresentado a seguir:

	31/03/2017	31/12/2016
Total do Passivo	13.940.094	13.931.950
Caixa e Equivalentes de Caixa	(416.789)	(426.074)
Fundos Vinculados	(88)	(89)
Passivo Líquido	13.523.217	13.505.787
Total do Patrimônio Líquido	2.548.775	2.499.867
Relação Passivo Líquido sobre Patrimônio Líquido	5,31	5,40

26. MENSURAÇÃO PELO VALOR JUSTO

No reconhecimento inicial, a Companhia mensura seus ativos e passivos a valor justo; após o reconhecimento inicial, a Companhia classifica os ativos e passivos financeiros entre as quatro categorias definidas para instrumentos financeiros. Valor justo é mensurado com base em premissas em que os participantes do mercado possam mensurar um ativo ou passivo. Para aumentar a coerência e a comparabilidade, a hierarquia do valor justo prioriza os insumos utilizados na medição em três níveis, como segue:

- **Nível 1. Mercado Ativo: Preço Cotado** – Um instrumento financeiro é considerado como cotado em mercado ativo se os preços cotados forem pronta e regularmente disponibilizados por bolsa ou mercado de balcão organizado, por operadores, por corretores, ou por associação de mercado, por entidades que tenham como objetivo divulgar preços por agências reguladoras, e se esses preços representarem transações de mercado que ocorrem regularmente entre partes independentes, sem favorecimento.
- **Nível 2. Sem Mercado Ativo: Técnica de Avaliação** - Para um instrumento que não tenha mercado ativo o valor justo deve ser apurado utilizando-se metodologia de avaliação/apreçamento. Podem ser utilizados critérios como dados do valor justo corrente de outro instrumento que seja substancialmente o mesmo, de análise de fluxo de caixa descontado e modelos de apreçamento de opções. O objetivo da técnica de avaliação é estabelecer qual seria o preço da transação na data de mensuração em uma troca com isenção de interesses motivada por considerações do negócio.
- **Nível 3. Sem Mercado Ativo: Título Patrimonial** – Valor justo de investimentos em títulos patrimoniais que não tenham preços de mercado cotados em mercado ativo e de derivativos que estejam a eles vinculados e que devam ser liquidados pela entrega de títulos patrimoniais não cotados. O valor justo é determinado de acordo com modelos de precificação geralmente aceitos, baseado em análises dos fluxos de caixa descontados e outras técnicas de avaliação, como a mensuração ao valor novo de reposição (VNR).

A seguir está um resumo dos instrumentos que são mensurados pelo seu valor justo:

	Saldo em 31/03/2017	Valor justo em 31 de março de 2017		
		Mercado Ativo Preço Cotado (Nível 1)	Sem Mercado Ativo Técnica de Avaliação (Nível 2)	Sem Mercado Ativo Título Patrimonial (Nível 3)
Ativos				
Mantidos para negociação				
Títulos e Valores Mobiliários				
Certificados de Depósitos Bancários	10.282	-	10.282	-
Letras Financeiras – Bancos	220.038	-	220.038	-
Letras Financeiras do Tesouro	60.663	60.663	-	-
Debêntures	18.286	-	18.286	-
	309.269	60.663	248.606	-
Disponíveis para venda				
Ativos Financeiros da Concessão Relacionados à Infraestrutura				
	242.525	-	-	242.525
	551.794	60.663	248.606	242.525

	Saldo em 31/12/2016	Valor justo em 31 de dezembro de 2016		
		Mercado Ativo Preço Cotado (Nível 1)	Sem Mercado Ativo Técnica de Avaliação (Nível 2)	Sem Mercado Ativo Título Patrimonial (Nível 3)
Ativos				
Mantidos para negociação				
Títulos e Valores Mobiliários				
Certificados de Depósitos Bancários	10.440	-	10.440	-
Letras Financeiras – Bancos	230.661	-	230.661	-
Letras Financeiras do Tesouro	61.463	61.463	-	-
Debêntures	23.162	-	23.162	-
	325.726	61.463	264.263	-
Disponíveis para venda				
Ativos Financeiros da Concessão Relacionados à Infraestrutura				
	216.107	-	-	216.107
	541.833	61.463	264.263	216.107

Metodologia de cálculo do valor justo das posições

Ativos Financeiros da Concessão Relacionados à Infraestrutura: mensurados ao valor novo de reposição (VNR), conforme critérios estabelecidos em regulamento do poder concedente, com base no valor justo dos ativos em serviço pertencentes à concessão e que serão reversíveis no final da concessão, bem como o Custo Médio Ponderado de Capital (WACC) utilizado pelo poder concedente, que reflete o retorno da concessionária sobre as operações de concessão. As taxas de VNR e WACC são informações públicas divulgadas pelo Poder Concedente e pela Cemig. A movimentação dos ativos financeiros da concessão está demonstrada na Nota Explicativa nº 12 destas Informações Contábeis Intermediárias.

Aplicações Financeiras: elaborado levando-se em consideração as cotações de mercado do papel, ou informações de mercado que possibilitem tal cálculo, levando-se em consideração as taxas futuras de juros e câmbio de papéis similares. O valor de mercado do título corresponde ao seu valor de vencimento trazido a valor presente pelo fator de desconto obtido da curva de juros de mercado em reais.

27. TRANSAÇÕES NÃO ENVOLVENDO CAIXA

Nos trimestres findos em 31 de março de 2017 e 2016, a Companhia realizou a seguinte operação não envolvendo caixa, que não está refletida nas Demonstrações dos Fluxos de Caixa: Encargos Financeiros Capitalizados no montante de R\$21.445 no primeiro trimestre de 2017 (R\$39.439 no primeiro trimestre de 2016).

RELATÓRIO SOBRE A REVISÃO DE INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da
Cemig Distribuição S.A.
Belo Horizonte - MG

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias, da Cemig Distribuição S.A. ("Companhia"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR referentes ao trimestre findo em 31 de março de 2017, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A administração da Companhia é responsável pela elaboração dessas informações contábeis intermediárias de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária e de acordo com a norma internacional IAS 34 - *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board* ("IASB"), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - "*Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity*", respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 (R1) e o IAS 34 aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Ênfase

Reapresentação dos valores correspondentes

Conforme divulgado na nota explicativa nº 2.3 às informações contábeis intermediárias, em decorrência da mudança de política contábil adotada pela Companhia, referente a classificação do ajuste da expectativa do fluxo de caixa do ativo financeiro da concessão, os valores correspondentes das informações contábeis intermediárias relativos às demonstrações do resultado e do valor adicionado (informação suplementar), referentes ao trimestre findo em 31 de março de 2016, apresentados para fins de comparação, foram reclassificados e estão sendo reapresentados conforme previsto no CPC 23 e IAS 8 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro. Nossa conclusão não contém modificação relacionada a esse assunto.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Revisamos, também, as demonstrações do valor adicionado (DVA), referente ao período de três meses findo em 31 de março de 2017, preparada sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação nas informações contábeis intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela CVM - Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR, e como informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

Belo Horizonte, 15 de maio de 2017

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC-2SP 011.609/O-8 F/MG

Marcelo Salvador
Contador
CRC-1MG 089.422/O-0

DESEMPENHO ECONÔMICO - FINANCEIRO

(Valores expressos em Milhares de Reais, exceto se indicados de outra forma)

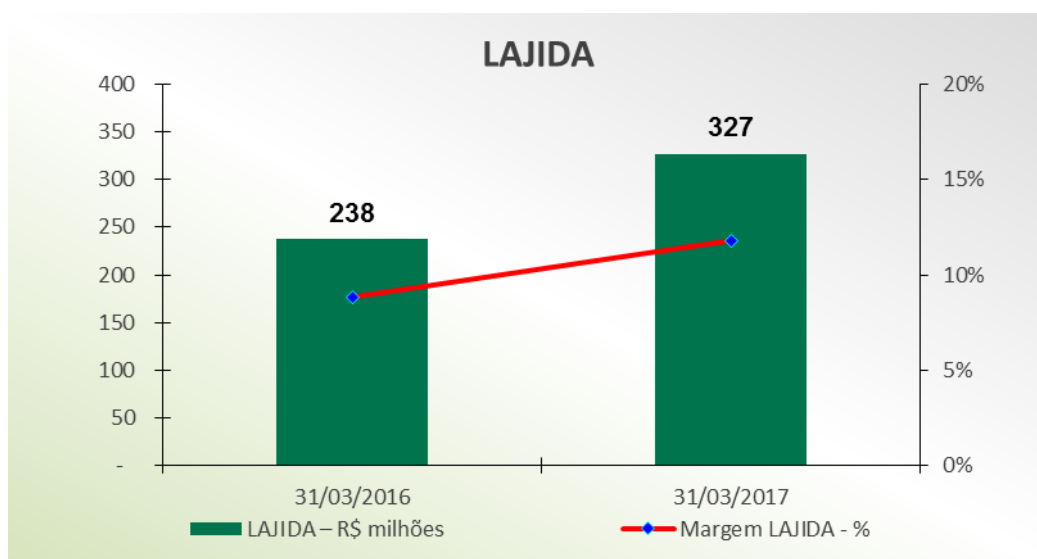
Resultado do Período

A Cemig Distribuição apresentou, no período de janeiro a março de 2017, um lucro líquido de R\$48.908 em comparação ao prejuízo de R\$27.141 no período de janeiro a março de 2016. As principais variações na comparação dos resultados dos períodos de janeiro a março de 2017 e 2016 estão apresentadas a seguir.

Lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização (LAJIDA)

O LAJIDA da Cemig Distribuição apresentou um aumento de 49,55% no período de janeiro a março de 2017 em comparação ao mesmo período de 2016:

LAJIDA - R\$ mil	31/03/2017	31/03/2016 Reapresentado	Var. %
Resultado do Período	48.908	(27.141)	-
+ Despesa de IR e Contribuição Social	34.591	1.266	2.632,31
+ Resultado Financeiro Líquido	113.464	141.603	(19,87)
+ Amortização	129.767	121.845	6,50
= LAJIDA	326.730	237.573	37,53



LAJIDA é uma medição não contábil elaborada pela Companhia, conciliada com suas Informações Contábeis Intermediárias observando as disposições do Ofício-Circular/CVM/SNC/SEP nº 01/2007 e da Instrução CVM nº 527, de 04 de outubro de 2012, consistindo no lucro líquido, ajustado pelos efeitos do resultado financeiro líquido, da depreciação e amortização e do imposto de renda e contribuição social. O LAJIDA não é uma medida reconhecida pelas Práticas Contábeis Adotadas no Brasil ou pelas IFRS, não possui um significado padrão e pode não ser comparável à medidas com títulos semelhantes fornecidos por outras companhias. A Emissora divulga LAJIDA porque a utiliza para medir o seu desempenho. O LAJIDA não deve ser considerado isoladamente ou como um substituto de lucro líquido ou lucro operacional, como um indicador de desempenho operacional ou fluxo de caixa ou para medir a liquidez ou a capacidade de pagamento da dívida.

Em linha com o aumento do LAJIDA, a margem do LAJIDA passou de 8,83%, no período de janeiro a março de 2016 para 11,80% no período de janeiro a março de 2017.

Fornecimento Bruto de Energia Elétrica (incluindo a Receita de Uso da Rede – Consumidores Cativos)

A Receita com Fornecimento Bruto de Energia Elétrica foi de R\$4.178.573, no período de janeiro a março de 2017, em comparação a R\$4.330.935, no período de janeiro a março de 2016, representando uma redução de 3,52%. Os principais impactos na Receita, no período de janeiro a março de 2017, decorreram dos seguintes fatores:

- Reajuste Tarifário Anual da Cemig D, com impacto médio nas tarifas dos consumidores de 3,78%, aplicável a partir de 28 de maio de 2016 (efeito integral em 2017);
- redução da receita com bandeiras tarifárias, sendo R\$29.258 no período de janeiro a março de 2017, em comparação a R\$273.265 no período de janeiro a março de 2016, em função menor cobrança no primeiro trimestre de 2017 de encargos adicionais relacionados às bandeiras tarifárias;
- redução de 2,33% no volume de energia vendida.

A variação na energia vendida por classe de consumo está apresentada abaixo.

Composição do fornecimento por classe de consumo	MWh		
	31/03/2017	31/03/2016	Var %
Residencial	2.537.050	2.490.519	1,87
Industrial	644.033	831.301	(22,53)
Comércio, Serviços e Outros	1.409.602	1.515.276	(6,97)
Rural	798.476	723.827	10,31
Poder Público	210.613	215.402	(2,22)
Iluminação Pública	334.480	329.062	1,65
Serviço Público	314.937	292.885	7,53
Total	6.249.191	6.398.272	(2,33)

Destaca-se a redução de 22,53% na energia vendida para o segmento industrial em função basicamente da saída de consumidores do ambiente cativo para o ambiente livre de contratação de energia.

Em contrapartida, observou-se um crescimento de 10,31% no consumo da classe rural, em função, principalmente, da maior atividade de irrigação.

Receita de Uso da Rede – Consumidores Livres

Refere-se à Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição (TUSD), advinda dos encargos cobrados dos consumidores livres sobre a energia distribuída. No período de janeiro a março de 2017, essa receita correspondeu ao montante de R\$467.604, comparada a R\$417.175 no mesmo período de 2016, o que representou um aumento de 12,09%.

Esta variação decorre, principalmente, do aumento de 5,41% no volume de energia distribuída, devido, principalmente, ao crescimento da base de consumidores. Em 28 de maio de 2016, ocorreu uma redução de 0,52% na tarifa para os consumidores livres.

CVA e Outros Componentes Financeiros

A Companhia reconhece em suas Informações Contábeis Intermediárias a diferença entre os custos não gerenciáveis efetivos, onde se destacam a CDE e energia comprada, e os custos que foram utilizados como base para a definição das tarifas. Este saldo representa os valores que deverão ser repassados ou ressarcidos nos próximos reajustes tarifários da Cemig Distribuição. No primeiro trimestre de 2017 foram reconhecidos valores a serem ressarcidos no montante de R\$302.602, em comparação a valores a serem ressarcidos de R\$132.204 no mesmo período de 2016. Essa variação deve-se, principalmente, à redução dos custos com energia em relação aos valores constantes das tarifas. Vide maiores informações na nota explicativa nº 12 das Informações Contábeis Intermediárias.

Receita de Construção

As Receitas de Construção de Infraestrutura de Distribuição foram de R\$181.358, no período de janeiro a março de 2017, comparados a R\$218.594, no período de janeiro a março de 2016, uma redução de 17,03%. Esta receita é integralmente compensada pelos Custos de Construção, no mesmo valor, e corresponde ao investimento da Companhia no período em ativos da concessão.

Outras Receitas Operacionais

As outras receitas da Companhia apresentaram uma redução de 7,05% nos períodos comparados (R\$275.730 no primeiro trimestre de 2017, em comparação a R\$296.630 no primeiro trimestre de 2016) decorrente, principalmente, da redução de R\$22.821 na receita de subvenções destinadas a subsídios aos consumidores de baixa renda e para compensar os subsídios nas Tarifas de Uso do Sistema de Distribuição (TUSD).

Impostos e Encargos Incidentes Sobre a Receita

Os impostos e encargos incidentes sobre a receita no período de janeiro a março de 2017 foram de R\$2.033.902, comparados a R\$2.441.530 no mesmo período de 2016, representando uma redução de 16,70%.

Conta de Desenvolvimento Energético (CDE)

A Conta de Desenvolvimento Energético (CDE) tem os seus pagamentos definidos por meio de Resolução da ANEEL e tem como finalidade cobrir os custos com indenizações de concessão, subsídios tarifários, subvenção da redução tarifária equilibrada, baixa renda e carvão mineral e Conta de Consumo de Combustíveis. Os encargos referentes à CDE foram de R\$415.873 no período de janeiro a março de 2017 comparados a R\$550.745 no mesmo período de 2016.

Esse é um custo não controlável, sendo que a diferença entre os valores utilizados como referência para a definição das tarifas e os custos efetivamente realizados é compensada no reajuste tarifário subsequente.

Encargos do Consumidor Bandeiras Tarifárias

Houve uma redução dos Encargos do Consumidor relacionados às Bandeiras Tarifárias, sendo R\$29.258 no período de janeiro a março de 2017, em comparação a R\$273.265 no mesmo período de 2016, em função da melhoria do nível dos reservatórios, o que permitiu a menor cobrança em 2017 de encargos adicionais relacionados às bandeiras.

Demais impostos e encargos incidentes sobre a receita

Os demais impostos e encargos com impactos mais relevantes referem-se, principalmente, a impostos calculados com base em percentual do faturamento. Portanto, suas variações decorrem, substancialmente, da variação da Receita.

Custos e Despesas Operacionais (excluindo Resultado Financeiro)

Os Custos e Despesas Operacionais foram de R\$2.571.025 no período de janeiro a março de 2017, comparados a R\$2.575.718 no mesmo período de 2016, representando uma redução de 0,18%.

As principais variações nas despesas estão descritas a seguir. Informações adicionais sobre a composição dos Custos e Despesas Operacionais podem ser vistas na Nota Explicativa nº 22 das Informações Contábeis Intermediárias.

Energia Elétrica Comprada para Revenda

A despesa com Energia Elétrica Comprada para Revenda foi de R\$1.378.708 no período de janeiro a março de 2017, comparados a R\$1.276.015 no período de janeiro a março de 2016, um aumento de 8,05%.

Este resultado foi decorrente basicamente do aumento de 12,67% nas despesas com energia adquirida em leilão, que foram de R\$749.786 no primeiro trimestre de 2017, comparados a R\$665.444 no primeiro trimestre de 2016, em função de novos contratos de Compra de Energia em Ambiente Regulado realizados no primeiro trimestre de 2017.

Encargos de Uso da Rede Básica de Transmissão

Os Encargos de Uso da Rede de Transmissão totalizaram R\$162.447 no período de janeiro a março de 2017, comparados a R\$213.345 no mesmo período de 2016, representando uma redução de 23,86%.

Esta despesa refere-se aos encargos devidos pelos agentes de Distribuição e Geração de energia elétrica, em face da utilização das Instalações, componentes da rede básica, sendo os valores a serem pagos pela Companhia definidos por meio de Resolução pela ANEEL.

Este é um Custo não controlável, sendo que a diferença entre os valores utilizados como referência para definição das tarifas e os custos efetivamente realizados é compensada no reajuste tarifário subsequente. Vide mais informações na Nota Explicativa nº 22 destas Informações Contábeis Intermediárias.

Despesa com Pessoal

A despesa com Pessoal foi de R\$254.179 no primeiro trimestre de 2017, comparados a R\$288.395 no mesmo período de 2016, representando uma redução de 11,86%. Apesar do reajuste salarial de 8,50% a partir de novembro de 2016, em função de acordo coletivo, a variação negativa decorrente, principalmente da redução de 10,07% no número de empregados médios nos períodos comparados (5.375 no primeiro trimestre de 2017 em comparação a 5.977 no primeiro trimestre de 2016).

Provisões operacionais

As provisões operacionais foram de R\$136.594 no período de janeiro a março de 2017, comparados a R\$144.560 no período de janeiro a março de 2016.

Ocorreu uma redução das Provisões para Créditos de Liquidação Duvidosa, que foram de R\$66.195 no primeiro trimestre de 2017 em comparação a R\$76.561 no primeiro trimestre de 2016, principalmente em função do aumento das ações da empresa no primeiro trimestre de 2017 para recebimento dos créditos em atraso.

Em contrapartida, com relação às provisões para contingências, destaca-se o crescimento das provisões trabalhistas, que foram de R\$57.748 no primeiro trimestre de 2017 em comparação a R\$31.876 no primeiro trimestre de 2016. Maiores informações na nota explicativa nº 19.

Resultado Financeiro Líquido

O Resultado Financeiro Líquido, no período de janeiro a março de 2017, foi uma Despesa Financeira Líquida de R\$113.464, comparada a uma Despesa Financeira Líquida de R\$141.603 no mesmo período de 2016. Os itens que compõem o Resultado Financeiro e que apresentaram as variações mais expressivas estão relacionados a seguir:

- Redução de R\$13.124 nos encargos de variação monetária de dívida pactuada com a Forluz em função da redução na variação do IPCA, indexador da dívida, que foi de 0,96% no 1º trimestre de 2017 na comparação a variação de 2,62% no primeiro trimestre de 2016.
- Redução de R\$51.971 mil na despesa financeira referente variação monetária de empréstimos e financiamentos também em função da redução na variação do IPCA, conforme já mencionado no item anterior.
- Receita de variação monetária de atualização dos saldos da CVA de R\$19.732 no primeiro trimestre de 2016 em comparação a uma despesa financeira de R\$6.169 no primeiro trimestre de 2017. Os saldos ativos e passivos de CVA são atualizados pela Selic. Essa variação decorre da apresentação de saldo líquido passivo de CVA em 31 de março de 2017 em função do menor custo com compra de energia em relação ao valor constante da tarifa. No mesmo período de 2016 a Companhia tinha saldo líquido ativo de CVA em função do maior custo com compra de energia em relação ao valor constante da tarifa. Vide maiores informações na nota explicativa nº 12.

Vide a composição das Receitas e Despesas Financeiras na Nota Explicativa nº 23 destas Informações Contábeis Intermediárias.

Imposto de Renda e Contribuição Social

A Cemig Distribuição apurou, no período de janeiro a março de 2017, despesas com Imposto de Renda e Contribuição Social no montante de R\$34.591 em relação ao lucro antes dos impostos de R\$83.499, representando um percentual de 41,43%. No período de janeiro a março de 2016, a Companhia apurou despesas com Imposto de Renda e Contribuição Social no montante de R\$1.266 em relação ao Prejuízo Antes dos Impostos de R\$25.875, representando um percentual de 4,89%. As taxas efetivas estão conciliadas com as taxas nominais na Nota Explicativa nº 8 destas Informações Contábeis Intermediárias.

(Original assinado pelos signatários abaixo)

Bernardo Afonso Salomão de Alvarenga
Diretor-Presidente

Bernardo Afonso Salomão de Alvarenga
Diretor Vice-Presidente

Adézio de Almeida Lima
Diretor de Finanças e Relações com
Investidores

José de Araújo Lins Neto
Diretor de Gestão Empresarial

Dimas Costa
Diretor Comercial

César Vaz de Melo Fernandes
Diretor de Desenvolvimento de
Negócios

Luís Fernando Paroli Santos
Diretor de Relações Institucionais e
Comunicação

Raul Lycurgo Leite
Diretor Jurídico

Luís Fernando Paroli Santos
Diretor de Distribuição e
Comercialização

Franklin Moreira Gonçalves
Diretor

Maura Galuppo Botelho Martins
Diretora de Relações e Recursos
Humanos

Leonardo George de Magalhães
Superintendente de Controladoria
CRC-MG 53.140

Leonardo Felipe Mesquita
Gerente de Contabilidade
Contador – CRC-MG 85.260